



Anais da Assembléia

N.º 37

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 29 DE ABRIL DE 1976.

ANO II

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 52ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 1976.

Presidência do Sr. Deputado Maurício Fruet, secretariada pelos Srs. Deputados Luiz Roberto Soares e Lúcio Machado.

Às quatorze horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Gabriel Sampaio, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Mesias, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nilso Sguarezi, Otássio Pereira, Osvaldo Macedo, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Valter Pietrângelo e Waldenício Barbalho (41), achando-se ausentes os Srs. Deputados Paulo Camargo, Del Ciel, Egon Pudell, Fuad Nacli, Gilberto Carvalho, Jayme Rodrigues Carvalho, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Nelson Buffara, Muggiati Filho, Trajano Bastos, Werner Wanderer e Wilson Fortes (13).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 41 Srs. Deputados:

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 28/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 36/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o município de Porecatu, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Rui Barbosa, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 29/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 37/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Porto Rico, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Interventor Manoel Ribas, o Grupo Escolar Duque de Caxias e o Grupo Escolar Osvaldo Cruz, na

sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Levanta-se a Sessão.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 53ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 1976.

Presidência do Sr. Deputado Maurício Fruet, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Jurandir Messias.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Gabriel Sampaio, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho (41), achando-se ausentes os Srs. Deputados Paulo Camargo, Egon Pudell, Del Ciel, Fuad Nacli, Gilberto Carvalho, Jayme Rodrigues Carvalho, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Nelson Buffara, Muggiati Filho, Trajano Bastos, Werner Wanderer e Wilson Fortes (13).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO:

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o plenário, requer seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de regozijo pelo transcurso do 205º aniversário de fundação do município de Guaratuba.

O Município de Guaratuba, segundo nos relata a história, nasceu sob a forma de "povoado", a 5 de dezembro de 1795, data em que D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, Morgado de Mateus, ordenou a Afonso Botelho de Sam Payo e Souza, que fundasse um povoado na enseada de Guaratuba.

A fim de bem executar sua tarefa, Afonso Botelho de Sam Payo e Souza reuniu duzentos casais e transferiu-os para a enseada de Guaratuba, dando-lhes ferramentas necessárias e demarcando-lhes áreas de terras, de acordo com as necessidades de cada casal.

A 13 de maio de 1768, D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, mandou construir uma igreja no novo povoado e a 29 de abril de 1771, foi celebrada a primeira missa, a qual foi oficiada pelo Pároco Bento Gonçalves Cordeiro, tendo na mesma data o povoado sido elevado à categoria de Vila, com a denominação de "Vila São Luiz de Guaratuba da Marinha".

A 30 de abril de 1770, foi eleita a primeira Câmara Municipal, tendo como Presidente Antonio Carvalho Bueno.

Em 20 de outubro de 1938, pelo Decreto-Lei Estadual 7573, foi extinto o município de Guaratuba o qual voltou a integrar o de Paranaguá, como distrito, tendo entretanto, sido restaurada a sua autonomia em 02 de outubro de 1947, pela Lei 2, sendo instalado oficialmente. nesta segunda fase administrativa em 25 de outubro de 1947, data em que foi empossado como Prefeito Municipal o Sr. Berilo da Cunha Padilha.

Desde então, o município de Guaratuba vem tendo acentuado progresso, o que deve-se em parte ao trabalho e dedicação de seus habitantes e dirigentes, bem como sua localização privilegiada, suas magníficas praias e fácil acesso à Capital do Estado e outras cidades do interior, o que tem proporcionado considerável afluxo de veranistas, sendo hoje um dos mais concorridos balneários de nosso litoral.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1976.

a) NELSON BUFFARA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, respaldado pelo Regimento Interno, requer após aprovação do plenário, transcrição nos Anais da Casa, de congratulações pelo 20º aniversário de fundação do "JORNAL DE LOANDA", editado na cidade de Loanda.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1976.

a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

Quem ignora a espinhosa, árdua e quase sempre incompreendida missão de se editar um jornal nas pequenas cidades interioranas?

E quão poético é o jornalzinho dos domingos, E quão simples? E quão singelo?

E o que encerra aquelas quatro páginas?

Quanto carinho, quanta dedicação, quanto afeto se lê nas entre-colunas, nas entrelinhas, no editorial ou na crônica, às vezes corrigida pelo professor suplementarista de Português do Ginásio ou da Escola Normal?

A luz avessa de madrugada no quarto de um pequeno poeta denuncia a presença de Musa a lhe inspirar versos acanhadamente dirigidos à namoradinha que não o quer.

E os provérbios, as sentenças copiadas de números antigos de Seleções? E o horóscopo adaptado da seção do Omar Cardoso nas páginas do extinto "O CRUZEIRO"?

E os editais da Prefeitura? Os chamamentos do Forum? As broncas do delegado com a turma que faz bagunça no cinema? E as queixas da população porque a carrocinha do lixo não atende suas finalidades? E a coluna social anunciando o baile do aniversário da cidade, o casamento de Roberto e Marinalva, o nascimento do Sérgio, filho do "simpático casal Paulo e Vanda"?

No pequeno jornalzinho tudo é poesia? Tudo é flor? E o redator chora ao comentar o falecimento do "Zé do Bar", e se nega a publicar a notícia de crime.

Ali tudo tem que ser alegre.

E não existe censura. E não existe censor.

E não existe pressão política. E não existe pressão econômica. E justamente porque não favorece, nem agride.

Antes pelo contrário.

E no domingo, eis o "JORNAL DE LOANDA", circulando. De pequena tiragem, atinge quase toda população, pois cada exemplar é lido por dezenas. É revezado. É emprestado. É arquivado. É colecionado.

São idealistas os que fazem imprensa no Interior, não aquela de caráter empresarial. Mas a artesanal.

E poucos são os que dentre nós, não participaram da tarefa excitante de compartilhar do expediente de um pequeno jornal. Ora mimeografado, ora tipografado, ou da cidade, ou do colégio.

E muitos são hoje, os valores expoentes de nossa grande imprensa que engatinham, que assimilam o be-a-bá, do jornalismo em singelas publicações. Nelas, o desabrochar de vocações; nelas, o encontro com um ideal; nelas, a auto-realização.

Coincidentemente, o primeiro número do JORNAL DE LOANDA foi tirado em 01 de maio de 1956. À época, LOANDA ainda nem emancipado era. Submetia-se administrativa e politicamente ao município de Paranavai.

E praticamente nasceram juntos. E se desenvolveram, e cresceram.

E é justo que neste 01 de maio, dia dedicado ao trabalhador, rendamos tributo aos precursores do "JORNAL DE LOANDA" e o fazemos reverenciando a pessoa do Sr. NARCISO D'AVIZ, hoje prefeito do município de Santa Cruz do Monte Castelo, que, eis a presença de nova coincidência, também aniversaria nesta data.

Rendamos homenagens aos que prosseguiram na missão de manter vivo e atuante o "JORNAL DE LOANDA". Rendamos homenagens pois, ao Sr. JATME RODRIGUES DOS SANTOS, proprietário da antiga e conhecida Livraria e Tipografia "Bem-Te-Vi", onde é impresso o "JORNAL DE LOANDA".

Homenagens que julgamos oportuno estender à toda imprensa interiorana, ora dignamente representada pelo órgão quinzenal editado na cidade de Loanda que atinge seus 20 anos de existência.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto plenário, desta Casa, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Dr. ARNALDO BUSATO, DD. Secretário de Estado da Saúde e do Bem Estar Social, encarecendo a instalação de Posto de Saúde no distrito de RIO DO SALTO, Município de Cascavel.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1976.

a) FILDECINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

O distrito de Rio do Salto, situado a 30 km de Cascavel, conta com aproximadamente três mil habitantes, dos quais 90 por cento são agricultores, e, como ocorre de modo geral com o homem do campo da região oeste, há muita dificuldade em locomover-se até a sede do município para buscar recursos destinados ao tratamento de saúde. Além disso, talvez em razão do excesso de pessoas carrentes de recursos que naquele distrito sanitário procuram tratamento de doenças variadas, Cascavel não dispõe de condições de atendimento adequado aos interessados.

O problema maior, em regra, é que o número de pessoas nas filas, quase todas residentes na área urbana, condiciona os habitantes do interior a uma espera que os impede de se submeterem, visto que estão vinculados ao horário do seu meio de

transporte.

Por outro lado, a distância e os meios de locomoção impossibilitam que o agricultor se desloque para a sede municipal, sem levar em conta prejuízos e dispêndio de tempo com viagens reiteradas, ocasionando consequências danosas para a produção.

Assim, atendendo a diversos apelos daquela população, espera-se que essa Secretaria, dentro do elevado espírito público de que é imbuído seu titular, acolha este pedido, propiciando àquele povo esse tão esperado e justo benefício.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, requer, após ouvido o Plenário, a consignação em Ata e o envio de cumprimentos às autoridades e à população do município de Santa Cruz do Monte Castelo, pelo transcurso do 20º aniversário de emancipação político-administrativa, que ocorre no dia 01 de maio.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

Totalmente desnecessário é discorrer sobre a importância sócio-econômica de Santa Cruz do Monte Castelo, no contexto de desenvolvimento do Estado e da Nação.

Sua pujança agro-pecuária, seu desenvolvimento industrial, o espírito altaneiro, valoroso e humanitário da gente daquele rincão paranaense atestam sobejamente a presença solidamente marcante da missão de promover, de participar do processo de enriquecimento do Paraná e do Brasil.

O dinâmico, correto e consciente prefeito Narcizo D'Aviz entregará aos seus municípios importantes obras iniciadas e concluídas em sua gestão. São frutos do trabalho conjunto de Povo e Governo Municipal que unidos pugnam pela sagrada causa da promoção do bem-estar geral.

Com justiça, tributemos reverências à laboriosa, ordeira e irmanada gente castelense, dignamente representada pelos poderes Executivo e Legislativo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado pedido de informações ao Senhor Secretário dos Transportes, Doutor Ozires Stengel Guimarães, solicitando os horários de ônibus, ida e volta; Curitiba-Paranavaí, Curitiba-Maringá e Curitiba-Umuarama, bem como as respectivas empresas, de 1970 a 1976.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1976.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor Arnaldo Faivro Busato, DD. Secretário de Estado da Saúde e do Bem Estar Social, encarecendo a instalação de Posto de Saúde entre os distritos de ALVORADA D'OESTE E CIELITO, no município de CASCAVEL.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1976.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Os distritos acima referidos, situados a 50 km de Cascavel, contam com aproximadamente seis mil habitantes, dos quais 90 por cento são agricultores e, como ocorre de modo geral com o homem do campo da região oeste, há muita dificuldade em locomover-se até a sede do município para buscar recursos destinados ao tratamento de saúde. Ademais, talvez em razão do ex-

cesso de pessoas carentes de recursos que naquele distrito sanitário procuram tratamento de doenças variadas, Cascavel não dispõe de condições de atendimento adequado aos interessados.

O problema maior, em regra, é que o número de pessoas nas filas, quase todas residentes na área urbana, condiciona os habitantes do interior a uma espera que os impede de se submeterem, visto que estão vinculados ao horário do seu meio de transporte.

Por outro lado, a distância e os meios de locomoção impossibilitam que o agricultor se desloque para a sede municipal, sem levar em conta os prejuízos e dispêndio de tempo com viagens reiteradas, ocasionando consequências danosas para a produção.

Face ao exposto, atendendo a diversos apelos daquela população, espera-se que essa Secretaria, dentro do elevado espírito público que caracteriza o seu titular, acolha este pedido, propiciando àquele povo esse tão esperado e justo benefício.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem mui respeitosamente requerer que, ouvido o Plenário, seja constituída uma Comissão Especial com posta por três (03) membros para apurar e analisar as causas e as consequências do incêndio que na madrugada do último dia 22 destruiu o prédio da Prefeitura Municipal de MEDIANEIRA.

Esse incêndio não destruiu apenas o prédio, as suas divisões internas e móveis e utensílios, mas também toda a documentação ali existente.

Ocorre que nenhuma medida acauteladora foi tomada após o sinistro que tenha chegado ao nosso conhecimento, com o objetivo de preservar o resultado para o necessário levantamento por perícia técnica.

A preocupação é maior quando se sabe que, nos últimos anos, prédios públicos da micro-região vêm sendo objeto de incêndios, cujas causas não são claramente reveladas ao público. Assim foi com os incêndios lavrados na Prefeitura e no Forum de Cascavel, na Prefeitura de Francisco Beltrão e no Forum dessa mesma cidade; na Prefeitura de Leônidas Marques; na Prefeitura de Enéas Marques; na Prefeitura de São Miguel do Iguaçu; no Forum de Santo Antonio e com o início de incêndio na Prefeitura de Capanema e, anteriormente, na própria Prefeitura de Medianeira.

Assim sendo, antes dessa consumação, já houvera, meses atrás, um início de incêndio.

Evidentemente que esses indesejáveis eventos, ao lado de colocarem em insegurança prédios públicos, correspondem a uma intranquilidade popular e deixam todos na expectativa de uma elucidação definitiva e na responsabilização dos culpados.

Este estado de apreensão é transmitido a esta Assembléia, da qual se passa a exigir providências definidas.

Eis porque estamos convencidos de um trabalho parlamentar, expedido e minucioso, poderá contribuir para elucidar esses fatos que abalam a opinião pública, restabelecendo ou ajudando a restabelecer a verdade, redimindo dúvidas no espírito dos cidadãos e salvaguardando responsabilidades de autoridades obrigadas à manutenção e conservação dos prédios atingidos pelos sinistros.

Daí porque apresentamos o presente requerimento para constituição de uma Comissão Especial, que composta por três membros, deverá apresentar o resultado do seu trabalho a esta Casa.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1976.

(a) ERNESTO DAL'OGGIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados IVO THOMAZONI e FIDELCINO TOLENTINO

TINO, que abaixo assinam, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requerem, após ouvido o douto plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor Gastão de Abreu Pires, DD. Secretário de Estado dos Recursos Humanos, sugerindo expedição de Parecer Normativo para esclarecer dúvidas suscitadas no tocante à interpretação da nova redação dada ao artigo 181 da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

A Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em seu projeto original, visava manter durante as férias dos funcionários públicos, as gratificações por tempo integral e pela prestação de serviços extraordinários.

Após a chegada da mensagem governamental nesta Casa, o emérito Secretário de Estado dos Recursos Humanos houve por bem manter diálogo com os Deputados, a fim de melhor adequar a redação do projeto ao seu real objetivo, buscando a perfeita eficácia do seu espírito.

Desta maneira, resolveu-se alterar o texto do artigo 181 da Lei número 6174/70, para que o benefício fosse ampliado, incluindo várias espécies de afastamentos previstos por aquele Estatuto e abrangendo outros tipos de gratificações além daquelas referidas inicialmente, limitando-se, todavia, seu pagamento, até o nonagésimo dia consecutivo de cada afastamento.

Embora um dos objetivos daquele encontro fosse o esforço de buscar um cânone legal que tornasse desnecessário a posterior regulamentação, ainda pairam algumas dúvidas quanto à sua correta interpretação e aplicação, as quais seriam dirimidas através de ato normativo que salientasse os esclarecimentos fundados na forma da seguinte sugestão:

1) As gratificações de que tratam os incisos I, II, III, IV e V do artigo 172, serão mantidas nos casos de afastamentos previstos nos itens I, II, III, VI, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVII e XVIII do artigo 128, até 90 (noventa) dias consecutivos, independentemente de qualquer menção específica no ato baixado pela autoridade competente.

2) Nos casos de gratificação pela prestação de serviços extraordinários ou por regime de tempo integral e dedicação exclusiva, o cálculo deverá tomar por base 1/12 avos da soma dos percentuais percebidos nos últimos doze meses de efetivo exercício, aplicado sobre o vencimento e adicionais do período de afastamento (seguindo-se as normas do § 1º do art. 176, da Lei número 6174/70, e do parágrafo único do art. 2º do Projeto de Lei número 06/76, já aprovado em segunda discussão por esta Casa).

3) Durante todo o período de afastamento previsto no artigo 181, observado o prazo estabelecido em seu parágrafo único, será assegurado o pagamento das vantagens concedidas, ainda que vencida nesse interregno a designação do servidor.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1976.

(aa) Ivo Thomazoni
Fidelcino Tolentino

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, requer na forma regimental, o envio de expediente ao Ministro da Agricultura solicitando em nome da Assembléia Legislativa que a sede do Centro Nacional de Pesquisas Florestais, órgão da Empresa Brasileira de Pesquisa, seja fixada no Paraná, por razões de sobejo conhecidas.

Atualmente está nas mãos do Ministro Allyson Paulineli relatório de uma Comissão Especial, que estudou a viabilidade do local para a sede do Centro Nacional de Pesquisas Florestais, e que conclui pelos Estados do Paraná, São Paulo e Minas Gerais.

Não resta dúvida, de que o Paraná, por ocupar posição privilegiada no que respeita a questão florestal, inclusive pos-

suindo uma das mais capacitadas Faculdade de Florestas do País, deve sediar aquele órgão, como medida, sobre ser prática, de longo alcance econômico, com sensíveis e evidentes benefícios para o setor.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1976.

(a) ACCIOLY NETO

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer voto de pesar pelo falecimento do Capitão Osvaldo Francisco Vieira.

Senhor Presidente.

O Deputado que este ao final assina, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o plenário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão, de um profundo voto de pesar pelo falecimento do Capitão Osvaldo Francisco Vieira, ocorrido ontem na cidade de Sertãoópolis.

O Capitão Osvaldo Francisco Vieira, Delegado de Polícia daquele município e até recentemente Presidente do Diretório Municipal da ARENA, teve grande destaque naquele município, especialmente pelas suas atividades humanitárias, sua preocupação com os menos favorecidos pela sorte, tanto é assim que atualmente estava na direção da Escola de Excepcionais de Sertãoópolis.

Sua morte abre grande lacuna difícil de ser preenchida e o povo de sertãoópolis chora hoje o desaparecimento de uma das suas figuras mais humanas.

Por todas estas razões e tantas outras que poderiam ser enumeradas, estamos seguros que a unanimidade desta Casa acolherá esta homenagem que se pretende prestar a quem soube durante a sua vida, cumprir sua missão na terra.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1976.

(a) DÁCIO LEONEL

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Projeto de Resolução nº 79/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — O art. 39 e seu parágrafo único, do Regimento Interno, passam a vigorar com a seguinte redação:

- I — Executiva;
- II — Constituição e Justiça;
- III — Finanças;
- IV — Orçamento;
- V — Agricultura;
- VI — Indústria e Comércio;
- VII — Obras Públicas, Transportes e Comunicações;
- VIII — Instrução Pública;
- IX — Terras, Imigração e Colonização;
- X — Polícia;
- XI — Saúde Pública;
- XII — Redação;
- XIII — Tomada de Contas;
- XIV — Turismo;
- XV — Recursos Humanos;
- XVI — Ecologia e Meio Ambiente.

Parágrafo único — As Comissões Permanentes compõem-se de sete (7) membros cada uma, salvo a Executiva que será constituída pela Mesa e a de Constituição e Justiça que terá onze (11) Membros.

Art. 2º — O art. 51, do Regimento Interno, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 51 — A Comissão de Agricultura compete manifestar-se sobre assuntos referentes ao desenvolvimento econômico e as matérias pertinentes à agro-pecuária do Estado; a Comissão de Indústria e Comércio compete manifestar-se sobre projetos e matérias que digam respeito ao desenvolvimento econômico e aos assuntos pertinentes à Indústria e Comércio do Estado”.

Art. 3º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1976.

(a) ACCIOLY NETO

JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Resolução que ora propomos à apreciação desta Casa, procura adaptar as Comissões Técnicas deste Poder Legislativo à nova sistemática implantada no Executivo Estadual através da Reforma Administrativa adotada pela Lei número 6636, de 29 de novembro de 1974, que no seu Art. 114 — inciso II, prevê a criação da Secretaria de Indústria e Comércio.

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei nº 42/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Espírita Irmandade de Jesus, com sede na cidade de Cascavel.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1976.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Conforme se vê pelos Estatutos, que fundamentam e esclarecem a sua atuação, a Sociedade Espírita Irmandade de Jesus, foi fundada em 27 de agosto de 1967 e vem, desde aquela data, prestando serviços a pessoas necessitadas.

Tais serviços tiveram o reconhecimento da municipalidade, que através da Câmara de Vereadores, houve por bem declarar a referida entidade de utilidade pública Municipal, o que justifica a pretensão em conceder-lhe essa condição também em âmbito estadual.

Face ao exposto, estamos convictos de que o presente projeto de lei merecerá o apoio dos nobres Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Está em discussão a ata. (Pausa).

— Para discutir, tem a palavra o Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, pelo que se pode deduzir da leitura da ata, entende-se que as emendas de nossa autoria e de autoria do Deputado Accioly Neto, apenas, transitaram pelo plenário, sem ter outra destinação.

Quando na realidade, o que efetivamente ocorreu, isso deve ser fixado já, é que a Mesa recebeu as emendas, propondo-se a adotar providências, convocando audiência da Comissão Técnica respectiva.

Gostaria de apresentar este adendo à Mesa, para que se proceda a retificação na ata, de modo a constar a realidade: A Presidência recebeu as emendas.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Está em discussão a ata com o adendo solicitado pelo Deputado Enéas Faria. Não havendo quem queira discuti-la, está em votação.

Aprovada a ata, e o adendo solicitado pelo Deputado Enéas Faria.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
E X P E D I E N T E:

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Del Ciel. — (Pausa).

Não se achando presente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, tendo em vista havido o Deputado Ernesto Dal'Oglio declinado ao Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Indiscutivelmente, o aprimoramento cultural se constitui em meio para que ocorra a afirmação do nosso posicionamento no cenário nacional. Louvando-se neste princípio, renomadas personalidades desta Capital, resolveram constituir, há mais

de trinta anos, a Sociedade de Cultura Artística, Brasília Itiberê, a conhecida SCABI.

As atividades da organização passaram a ser marcantes. Os concertos programados e levados a efeito quase quinhentos, durante sua existência, proporcionaram a milhares de pessoas, a elevação da cultura, através da melhor música e cânticos.

Pessoalmente, testemunhei a excelente qualidade das promoções artísticas da Sociedade liderada, ultimamente, pelo eminente Mestre do Direito, Dr. Edgard Chabaud Sampaio.

Foi portanto, com pesar, que tomamos conhecimento da cessação das atividades da SCABI, conforme notícias veiculadas em órgão da imprensa desta Capital.

Ilustres paranaenses, também manifestaram seus pontos de vista desfavorável à cessação destas atividades.

Além de eminentes jornalistas, destacamos David Carneiro, notável historiador. O advogado Eduardo Rocha Virmond, que representando o pensamento de seus concidadãos, manifestaram através de artigos, diversas opiniões com relação ao trabalho positivo da SCABI.

O nosso historiador David Carneiro, no dia 18 de março de 76, em sua abalizada coluna "Veterana Verba" publicada na "Gazeta do Povo", sob o título "A gloriosa SCABI não pode morrer", melancolicamente escreveu um apelo endereçado às autoridades públicas, especialmente no sentido de que, conscientizadas e conscientizado o povo de Curitiba, não deixassem a SCABI morrer.

Recentemente, em outra publicação da mesma coluna "Veterana Verba", escreveu David Carneiro: "Volto a dizer: a SCABI não pode morrer".

Neste último artigo fez, inclusive, uma apreciação biográfica de Brasília Itiberê, mostrando sua dedicação como apóstolo das Artes e cultivador da boa música.

Porisso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, encaminhamos à Mesa, um requerimento que apreciaremos ter a manifestação favorável dos Srs Deputados, com assento nesta Casa de Leis, aprovando-o.

O requerimento está vazado nos seguintes termos: (Lê):

"Senhor Presidente.

Considerando que a Sociedade de Cultura Artística Brasília Itiberê — SCABI, fundada em 30 de outubro de 1944, sob a liderança de eminentes nomes da nossa Sociedade promoveu quase 500 concertos.

Considerando que esta contribuição muito representou para o aprimoramento da cultura artística paranaense.

Considerando, finalmente, o fato de haver sido anunciada a cessação das suas atividades, a partir de 19 de fevereiro do corrente ano, em vista dos óbices de caráter econômico;

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, oficie-se ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, solicitando estudos especiais para, talvez mediante subvenções, ou convênios assegurar o reinício da relevante atuação da sociedade de Cultura Artística Brasília Itiberê — SCABI, ouvindo-se a mensagem de ilustres concidadãos, dentre os quais o historiador Sr. David Carneiro que escrevendo sobre o assunto em sua coluna "Veterana Verba", de 13 de março de 1976, conclui entusiasticamente: "É necessário preservar a tradição cultural".

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1976".

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Concedo a palavra ao Sr. Deputado Waldenício Barbalho, no Pequeno Expediente.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É muito importante o papel da imprensa na sociedade.

Talvez por isso mesmo, tenha dito alguém, não me lembro

quem, no passado, seja a Imprensa a VIII Maravilha do Mundo.

Tenho em mãos um exemplar de um jornal que se edita nesta cidade e que traz, em sua primeira página, uma nota a respeito de um município de minha região, da região Noroeste do Paraná.

"Afastado mais um Prefeito, sob acusação de crime de peculato e estelionato, o Prefeito da cidade de Maria Helena, Roque Pantaleão, foi afastado do cargo, depois de pressão da Câmara dos Vereadores. O Prefeito é da legenda emedebista. Realmente, Sr. Presidente, o Prefeito Roque Pantaleão foi eleito pelo MDB, mas não resistindo, certamente, às ofertas, aos oferecimentos ou o aliciamento do partido adversário, passou-se para a ARENA e, em razão disso, nas últimas eleições de novembro de 1974, o Prefeito daquele município trabalhou para os Deputados que têm domicílio eleitoral na minha cidade de Paranavai, Deputados Federal Flávio Giovini e Estadual Wilson Fortes, conferindo a ambos uma votação expressiva.

Sabemos, embora superficialmente, que o Prefeito tem, depois que se passou para o Partido do Governo, praticado inúmeros crimes no exercício de sua função pública, que o jornal resume em "peculato e estelionato".

Tenho conhecimento de cheques sem fundo, emitidos por S. Exa., em nome da Prefeitura Municipal. Temos conhecimento também, de que leis foram promulgadas sem que os processos fossem enviados à Câmara Municipal do município de Maria Helena.

Queremos relatar tais fatos, aguardando, naturalmente, o prosseguimento do processo, para dar esclarecimento na Assembléia Legislativa, para apenas dizer que, o Prefeito, embora eleito pelo MDB, pertence à ARENA e, solicitar ao conceituado jornal que se edita na cidade, "GAZETA DO POVO", que faça esta retificação, a bem da verdade.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Concedo a palavra, ao orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna hoje, para esclarecer sobre requerimento nosso, ontem aprovado e que solicita do DETRAN, Sr. Presidente, no sentido de dar mais respeitabilidade aos motoristas profissionais e amadores, que procuram aquele departamento para requererem a suplementação dos exames de vista, quando aqueles se encontram vencidos.

O nosso requerimento, embora tenha sido aprovado, não foi na oportunidade, dado conhecimento à Casa, devido terem sido cortados os oradores inscritos no Pequeno Expediente, naquela oportunidade, por haver, a Assembléia Legislativa, marcado para as 15,00 horas a presença do Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado, para esclarecimento aos Srs. Deputados.

Porisso mesmo, leremos uma breve justificativa do assunto. (Lê):

"Inúmeras têm sido as multas aplicadas nestes últimos tempos, aos motoristas com exame de vista vencido, parecendo até que o DETRAN age dolosamente com referência a este acontecimento. Para se obter o exame de vista, o candidato tem que aguardar, depois da sua inscrição e o respectivo pagamento da taxa, de 15 a 20 dias para obter o referido expediente; acontecendo que normalmente, o motorista profissional/amador, por um fato de ordem natural ele só requerer o novo exame de vista quando o anterior está vencido, logo, no espaço de tempo de 15 a 20 dias este motorista está sujeito à sanção prevista na lei do trânsito. E há fato importante a se relatar: o motorista do Interior quando tem o seu exame vencido, ele se demanda à Capital, normalmente por outros meios e quase sempre de ônibus; chega ao departamento especializado psicotécnico, faz a sua inscrição para a renovação do seu exame, para 15 ou 20 dias depois; este motorista, que já teve a despesa de demanda à Capital e a permanência de um dia aqui para se inscrever, tem que retornar nova-

mente ao seu domicílio e voltar, dentro de 15 ou 20 dias, correndo o risco de ser prorrogada a data deste exame. E o pior: sendo ele portador de veículo auto-motor, não poderá dirigir durante aquele período, a não ser submisso às aplicações de multas que a lei do trânsito determina.

Medidas de justiça devem e têm que ser feitas, em defesa da classe.

A nosso ver, desde que o profissional/amador se dirija aos canais competentes para o novo exame de vista, ele deve, a partir daquele instante, estar revestido dos direitos legais, isto porque, o fato da demora no atendimento não corresponde à falta sua e sim, à incapacidade do departamento competente para atendê-lo na hora exata".

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência adverte o nobre orador que o seu tempo está esgotado.

O SR. LÚCIO MACHADO — (continua lendo): "Visto o exposto nada mais justo que o DETRAN providencie, através de Portaria ou ato oficial parecido, autorização específica aos REQUERENTES, para que a partir da data de inscrição ao novo exame de vista, estejam eles perfeitamente assegurados de circular livremente até a data da aplicação do exame requerido.

Pelos motivos expostos apresentarei nesta oportunidade o seguinte requerimento de sugestão ao DETRAN: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso dos direitos que lhes são conferidos por lei, requer, após ouvido o Plenário, encaminhe-se ao Excelentíssimo Senhor Diretor do DETRAN o seguinte requerimento de sugestão:

1) que se conceda aos motoristas requerentes de novo exame de vista quando o anterior vencido, a liberdade e o direito de trafegarem livremente durante o período da inscrição e pagamento da taxa correspondente até a data da aplicação do referido exame.

2) que institua-se carimbo com dizeres que autorize a liberação constante do item 1) e que o referido carimbo seja aplicado no verso do recibo emitido pelo Banco recebedor da taxa correspondente.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1976."

Para concluir, Sr. Presidente, tenho um projeto de lei, autorizando o Poder Executivo a eximir-se da obrigação do exame psicotécnico a motorista amador. Porque é o único Estado que obriga e exige a aplicação do exame psicotécnico a motorista amador.

Como este meu projeto desapareceu, eu pedia providências no sentido de que se descubra o projeto deste humilde Deputado, representante da bancada do MDB na Assembléia Legislativa do Estado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Concedo a palavra ao orador inscrito, Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSON SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer seja submetida à aprovação do Plenário, a remessa de expediente ao DENTEL — Departamento Nacional de Telecomunicações, no sentido de limitar os horários de funcionamento das estações de televisão, como medida saneadora para melhoria qualitativa da programação, evitando-se também a ameaçadora dependência da pessoa à máquina da comunicação.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1976.

JUSTIFICATIVA:

DA NECESSIDADE DE CONTER OS EXCESSOS DA TELEVISÃO:

A Pessoa Humana, antes de tudo, é uma fonte emissora de idéias e não uma simples caixa receptiva de estímulos e notícias.

Verdade que vivemos sob o estágio do desenvolvimento

humano sem fronteiras. A técnica conseguiu viabilizar a criação de coisas jamais concebidas. A ciência avança inexoravelmente em busca do desconhecido. Enfim, o homem de hoje, tem na sua vida outras motivações. Hoje temos que conviver com a máquina, pois ela representa uma necessidade intrinsecamente para a evolução da humanidade. Todavia, situações perigosas são criadas pela máquina propiciando a desumanização do homem, que todavia continua a ser o mesmo animal social, carente de afeição e amor.

No Brasil, a tecnologia, em alguns setores tem propiciado condições negativas para que o homem continue no curso natural das coisas, ou seja, sendo um ser impregnado de sentimentos e aberto diálogo e solidariedade humana. No campo da comunicação social é sensível esta investida contra o direito de intimidade da criatura humana. A propaganda servindo-se da psicologia cria novas necessidades à pessoa. A propaganda no mundo capitalista e na sociedade de consumo, tem sido indiscriminada e massificante.

A televisão foi tomada pela propaganda, a tal ponto, que seu sucesso financeiro está totalmente dependente da publicidade comercial, como meio de sobrevivência empresarial.

Em busca desta sobrevivência a TV já não busca a qualidade, mas a quantidade. Algumas horas diárias bastariam para a TV cumprir sua missão comunicativa, e de relevância social porém a cada dia que passa, mais horas de audiência são oferecidas ao público telespectador. A quantidade pela qualidade. A continuar neste ritmo breve, nossas televisões estarão ligadas 24 h. p/dia. Este excesso, acarreta graves consequências ao telespectador, se considerado como criatura humana, principalmente à criança de apto, criada hoje mais pela TV que pelo calor e carinho maternal.

A pessoa tem que estar livre da massificante audiência à TV, para criar e também buscar a sua individualização.

Ora a TV devassou a intimidade de nossos lares, tem impedido e está reduzindo a cada dia o diálogo entre os esposos, destes para com os filhos e estes entre si.

Com efeito, hoje o marido fala muito menos com sua mulher e filhos, porque, nas poucas horas em que está em casa, tem que saber das notícias, escutar seu programa ou reportagem esportiva, acompanhar o boletim econômico. A mulher por sua vez, é a maior vítima da TV como receptora direta e objetivo de toda a carga publicitária e comercial, além da dosagem emocional das telenovelas, estas, estereotipando todas as angústias e sonhos inatingíveis das grandes massas proletárias da nação. As crianças muito embora, graças a TV, estão amadurecendo e evoluindo mais depressa, já não tem mais aquela intimidade aconchegante e familiar de outrora, porque também já estão na dependência viciosa de gastar boa parte de seu tempo com a TV e nela encontram seus ídolos e elaboram suas fantasias.

Evidente que não somos contra a TV, este formidável e eficientíssimo meio de comunicação. Somos contra o excesso da TV. Tal excesso ou seja o funcionamento em horário integral, levará o homem futuro a tornar-se inteiramente dependente da máquina e com isso, progressivamente a ir perdendo a sensibilidade humana para o diálogo e a criação, qualidades que o caracterizam como ser inteligente.

Não é sem razão que hoje, em plena era da cibernética e da informática, sejamos cada vez mais condicionados à máquina e às inatingíveis necessidades de consumo, fontes geradoras da maioria das nossas frustrações e angústias,

Hoje o brasileiro está indissolúvel ligado à TV, pois pelas nossas cidades, seus habitantes apenas nos fins de semana, dispõem de tempo para reunirem-se em família. Mas o fim de semana do brasileiro urbano é essencialmente uma programação de TV de dia a noite, com audiência de milhões de almas. Ao invés de descansarem da faina semanal com um refrigério espiritual e esparcimento físico, contatando com a

natureza em passeios ao ar livre ou na sadia prática de recreações esportivas, o nosso homem de cidade, pela dependência viciosa, prefere o enclausuramento domiciliar da programação televisada.

Por outro lado, os vultuosos recursos financeiros mobilizados pelas estações de televisão e a melhora técnica em nada tem correspondido ao nível cultural da programação, pelo contrário, apenas a intensidade publicitária e sensível queda de qualidade. Conclui-se assim, que enquanto as pessoas estiverem ligadas à TV., não estarão conversando e entregues àquela útil e necessária troca de opiniões pessoais, fundamento para as confidências e confissões que unem e solidarizam as pessoas. Não havendo isso, apenas a solidão existirá, a solidão do homem - causada pela máquina.

Nos países onde a psicanálise está na ordem do dia, é estatístico, que a maioria das pessoas gastam tempo e dinheiro no psicanalista, simplesmente para terem alguém com quem conversar. O mal de hoje é que não se dispõe mais de tempo para fazer-se ouvir e escutar. Em grande parte é a TV a responsável por consumir o tempo das pessoas, impedindo que as mesmas se encontrem mais amiúde, troquem impressões e até sentimentos, eis que ao homem a natureza lhe reservou esta qualidade peculiar de ser eminentemente um animal social.

Necessária a intervenção disciplinadora do governo, não só para assegurar o mínimo de intimidade às pessoas, mas principalmente para exigir uma melhoria qualitativa da programação da TV, pois este veículo de informação não deve transformar-se em mais um meio de ganhar dinheiro, mas sim de cumprir a sua importante tarefa de comunicação educativa."

O SR. PRESIDENTE (Maurício Fruet) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo, inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No início do ano passado, esta Assembléia aprovou requerimento de nossa autoria, encaminhando ao Exmo. Sr. Ministro do Trabalho sugestão que também já houvera sido feita por outros Deputados de nosso Partido, nas Assembléias Legislativas e no Congresso Nacional, sugerindo que se uniformizasse o salário mínimo em todo o País.

Para felicidade nossa, constatamos que, hoje, a imprensa do País, noticia que o Sr. Presidente da República estaria propenso, nesta hora, por ocasião do dia 01 de maio, por ocasião da fixação dos novos índices de salário mínimo, de aceitar, de acatar esta sugestão dos Deputados emedebistas.

Mas, não é por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que viemos à tribuna. Cumprindo e atendendo a uma solicitação do Presidente Nacional do MDB, Deputado Ulisses Guimarães e do Secretário Geral de nosso Partido, em nível nacional, Deputado Thales Ramalho, vimos dizer que nesta hora, quando se divulga que o Sr. Presidente da República anunciará no dia 01 de maio próximo ao lado dos novos níveis de salário mínimo, também, a concessão de férias de trinta dias ao trabalhador, é preciso registrar que, mais uma vez, o Poder Executivo adota iniciativa do Movimento Democrático Brasileiro.

Com efeito, em 6 de março de 1974, o Senador Nelson Carneiro apresentou no Senado Federal, Projeto de lei n.º 3/74 que mereceu pareceres favoráveis e unânimes da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Legislação Social.

Indo o projeto a plenário a 12 de junho de 75, a liderança da ARENA anunciou sua disposição de rejeitá-lo em vista do pronunciamento contrário do Ministro do Trabalho. Naquela oportunidade, o Senador Franco Montoro pediu que voltasse a proposição ao exame da Comissão de Legislação Social, o que foi aprovado. Naquele órgão técnico o projeto de lei foi distribuído a um Senador da ARENA, em 5 de agosto de 1975, sem que, até hoje, tenha dado seu parecer.

Não houve, até agora, o parecer ao projeto do Senador

Nelson Carneiro, que concede 30 dias de férias aos trabalhadores a exemplo do que já têm os servidores públicos.

A ARENA se dispõe a rejeitar seu projeto, mas, para felicidade do País, o Poder Executivo está para adotar essa idéia, o que deve ser do conhecimento do toda a Nação, e deve ser reconhecido como de justiça aos homens do MDB pelos homens que hoje dirigem este País.— (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Maurício Fruet) — Concedo a palavra ao último orador inscrito para o Pequeno Expediente. Não se encontrando presente o Sr. Deputado Gabriel Manoel, concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

As modernas tecno-democracias impuseram limite à inteligência filosófica e política, condicionaram a dimensão criativa do homem a um tecnicismo matemático e objetivo na busca da eficácia dos criadores de um progresso desumano.

(Lendo): “Sr. Presidente, Srs. Deputados, na oportunidade em que o parlamento brasileiro tenta debater o problema das liberdades públicas, vozes isoladas dos intelectuais procuram acomodação de seus pensamentos no Estado, tentando conciliar os impulsos da formação e aspiração com os limites consentidos da esfera de atuação.

Quando em 1789 a Revolução Francesa crivou a história com a chamada Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, proclamando que “OS HOMENS NASCEM E VIVEM LIVRES E IGUAIS EM DIREITOS”, quis significar, antes de mais nada, que ninguém pode se beneficiar de privilégios hereditários que o coloque acima dos seus concidadãos, e que todo homem pode pensar, exprimir-se, agir como entende, conquanto que respeite a liberdade e a esfera de atuação do seu semelhante.

Teorias divergentes no campo social, político e, sobretudo econômico, multiplicaram o trabalho dos livreiros, revolucionando o pensamento social e dando nova dimensão e estrutura ao conceito e organização do Estado. Simultaneamente o Direito eterniza e evolui nessa alquimia do pensamento do homem, buscando o equilíbrio social nas fórmulas escritas, e evoluindo com a razão na esperança talvez de alcançar o perfeito caminhar da harmonia e do equilíbrio.

As teorias ideológicas mais divergentes procuram sobreviver à custa do poder que uma exerce contra a outra, num jogo entre democracia e totalitarismo, buscando, no plano de Estado, a prova do convencimento para satisfazer a sua hegemonia.

Como se percebe, nessas transformações sociais e econômicas, equaciona-se, lutar-se e enlutar-se o direito e a justiça, ponto de equilíbrio e respeito que deve imperar na convivência social, num Estado, numa Nação, pois como lecionou Jean Brunhes: “os Estados são sociedades organizadas para dar aos indivíduos que as compõem, segurança pessoal e gozo pacífico dos bens e dos frutos do trabalho. Como o mais simples exercício desses direitos não se pode conveber se não os acompanha a ocupação permanente de um pedaço da superfície terrestre, a noção do Estado é necessariamente territorial e jurídica a um tempo”.

Por seu turno, disse Durkheim: “Nacionalidade é um grupo cujos membros, por força de razões técnicas ou simplesmente históricas, querem viver sob as mesmas leis, formar um mesmo Estado, pequeno ou grande, não importa; e vige hoje um princípio entre as nações civilizadas segundo o qual, essa vontade comum, quando afirmada com perseverança, tem direito a ser respeitada; sendo mesmo o único fundamento sólido dos Estados.

E o, direito se reveste do primado incontestável que é a

conjugação sociedade e indivíduo. Como escreve Levi: “a idéia do direito não podia nascer na consciência individual, se o homem não vivesse em sociedade com outros homens”.

Daí entendo, senhores Deputados, que nesse conjunto de pensamentos liberais, os homens de bem que vivem e convivem no terreno sólido desta Pátria, estão investidos dos direitos para debater franca, consciente e responsavelmente os problemas do Estado e dos seus concidadãos. O direito nasceu antes do Estado, e este surgiu para servir e bem servir o homem, que com sua inteligência cria e modifica a natureza, inventa e descobre fórmulas para conquistar a felicidade. E como esta tem significado subjetivo, é preciso que se dê oportunidade da livre expressão pelos meios de comunicação disponíveis, onde impere um Estado de direito que no Brasil, pela vocação e formação nacional, o consenso ditou seja ele democrático e livre, onde todos sejam iguais perante a lei; onde os irmãos nacionais, pela liberdade e respeito, formem o equilíbrio Estado-indivíduo.

(Lendo): “Para isso é necessário que se estabeleça a reabilização dos direitos e garantias individuais, onde o acusado tenha oportunidade de promover a sua defesa, onde o Legislador possa debater sem paixões; e nos limites do equilíbrio e do poder que deve ter, e onde o Judiciário não seja limitado na livre apreciação dos fatos para promover a justiça.

Para esses temas sempre há oportunidade, sempre deve haver debate, pois que, no curso da história a evolução e a dinâmica do mundo obrigaram o homem ao permanente exame e reflexão.

Um dos mais expressivos sintomas da crise política, cultural e moral que atinge a humanidade, é o profundo pessimismo com que se encara o futuro da democracia, tanto nos países desenvolvidos como nos sub-desenvolvidos. E segundo o professor SAMUEL HUNTINGTON, da Universidade de Harvard, este pessimismo extremado sucede ao otimismo, também extremado, que surgiu após a Segunda Guerra Mundial, cujos verdadeiros vencedores foram os Estados Unidos, com quem os povos celebravam a esperança, implícita, de que os benefícios da democracia norte-americana se estenderiam ao mundo inteiro. Por isso se fala que a democracia é um regime em extinção, visto que os E.U.A. estão em flagrante declínio.

Há motivos para duvidar de que um Estado que monopoliza completamente a atividade econômica, possa também ser um Estado Democrático, disse o eminente Professor.

E Estado democrático, que decantamos e defendemos, é o formado pela trilogia de poderes independentes e harmônicos entre si.

Ocorre que quando um deles subtrai os poderes que o regime haveria de outorgar a outro, surgem anomalias e desequilíbrio, cujas responsabilidades pelos efeitos são sub-rogadas a quem tem autoria.

Por isso que, “com a suspensão do “habeas corpus”, no que respeita às infrações contra a Lei de Segurança Nacional, enseja o nosso sistema jurídico penal, compreendendo todos os setores que abrange - delitos comuns, da competência da Justiça Federal e das Justiças Estaduais, e delitos políticos e militares, afetos à Justiça castrense -, a prática de arbitrariedades, não apenas no setor propriamente político. Invadindo, na realidade, a seara do direito comum, numa configuração dos fatos “a priori”, e enquadrando-os na lei de exceção, impede nosso sistema jurídico penal, com esse único expediente, a apreciação pela justiça comum, para fazer o que ao cidadão é defeso: a justiça pelas próprias mãos, para satisfazer a pretensão, embora embora legítima. É o que ocorreu recentemente em São Paulo, quando o autor de crimes comuns foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional, quando deveria ser objeto de apreciação da Justiça comum, o que lhe impediu impetrar “habeas-corpus”, até que se instaurasse o conflito de jurisdição, conforme nos deu notícia “O Estado de São Paulo”, de 01 de abril corrente.

E é justamente esse tipo de arbitrariedades que sujeita qualquer pessoa a medidas semelhantes, principalmente no interior, onde o abuso do direito é uma constante irrefutável."

A propósito da Lei de Segurança Nacional e de possíveis entendimentos que possam levar inocentes à condenação o Exmo. Ministro Alcides Carneiro, do STM, na iminência de sua aposentadoria deixou alguns conselhos a seus companheiros, retratados pelo "O ESTADO DE SÃO PAULO" de ontem, advertindo:

"Muito cuidado nesses processos de subversão, vindos do Interior do País, para não os confundir com política partidária, política de aldeia, marcada pelas rivalidades locais que soltam o diabo no coração dos homens.

Insistindo no tema, o Ministro citou o recente inquérito realizado no Paraná, para apurar a reorganização do Partido Comunista, mas no qual se fazem inúmeras referências ao MDB.

Ocorre que ARENA e MDB são partidos legalmente constituídos, de modo que procurar comprometer um ou outro "é trabalho negativo suspeito."

Diz o jornal:

"O Ministro Alcides Carneiro, do Superior Tribunal Militar, conclamou ontem seus colegas a julgar "com muito cuidado" os processos da subversão provenientes do Interior do País" para não os confundir com política partidária de aldeia, marcada pelas rivalidades que soltam o diabo no coração dos homens".

O pedido foi feito num discurso em que anunciou a entrada do seu pedido de aposentadoria, já completará 70 anos dentro de 45 dias.

(E aqui abro um parêntesis, para lembrar que, a fala de um homem respeitabilíssimo na vida jurídica-institucional, e marcada pela atuação de justiça, contraditou pensamentos no Parlamento da República).

(Prossegue a leitura do jornal:

"Muito cuidado, (ênfatisa o Ministro) nesses processos de subversão vindos do Interior do País para não os confundir com política partidária, política de aldeia marcada pelas rivalidades locais que soltam o diabo no coração dos homens.

Quando entrei para este Tribunal, em março de 1966, pululavam neste plenário processos do Interior, vindos principalmente de um Estado do Sul.

E, com a minha vivência de antigo político e chefe político no Interior da Paraíba, sei claramente que as acusações eram na sua imensa maioria, fruto de antigas rivalidades políticas, a rebentar em vindictas pessoais, na hora em que um partido cai e outro partido sobe, ou, então, visavam objetivamente no futuro, a erradicar as velhas árvores do prestígio que floresceram antes, para a deservolta semeadura dos prestígios nascentes.

"Certa feita, ao julgar um processo marcado pela origem suspeita, afirmei ao Tribunal, isto não é subversão, é política partidária exacerbada.

O então Ministro - o saudoso General Olympio Mourão Filho - contestou minha ousada afirmação.

Solicitei-lhe que pedisse vista do processo.

Na sessão seguinte, o velho soldado e juiz proclamava enfaticamente que, eu tinha razão."

No momento, Senhores, tenho à mão três recursos vindos do Paraná pedindo revogação de prisão preventiva. Pelos autos, vejo que os acusados, no processo, se contam por dezenas. Minha preocupação única, nesse momento, é menos uma preocupação do que uma apreensão.

Data vênica, o Tribunal precisa estar atento para uma circunstância relevante: o inquérito realizado no Paraná visa a apurar tentativa de reorganizar o Partido Comunista naquele Estado.

Crime que é punido pela Lei 898, artigo 43, com a pena mínima de 2 anos.

O inquérito não visou, absolutamente, a apurar infiltração do Partido Comunista no MDB.

E minha apreensão advém do fato de conter a denúncia 16 vezes, referência ao MDB e o relatório do inquérito outras tantas.

No interrogatório das fls. 155 e 157, no recurso criminal 5014, pergunta-se diretamente ao interrogado quais suas relações com determinado candidato do MDB.

Ocorre que ARENA e MDB, são dois partidos legalmente constituídos, pilares das instituições políticas vigentes, representados no Congresso por deputados e senadores, eleitos pelo sufrágio popular.

É dever de todo brasileiro, seja qual for sua condição social, impedir que se atinja a respeitabilidade de qualquer dessas agremiações partidárias.

Procurar comprometer uma ou outra, ou ambas, é trabalho negativo suspeito que visa sem dúvida e empecer a marcha pelo Estado de Direito que está no ideário da Revolução, é um objetivo do governo além de ser sobretudo uma aspiração nacional.

Dizer-se que um deles está infiltrado de corruptos e o outro de subversivos, é uma feneçalização imprudente.

Já não praticamente, como Juiz, que aqui estou por poucos dias, mas com a minha vivência de ex-político, de ex-parlamentar, como historiador dos costumes, para usar de uma expressão de Balzac, devo dar o testemunho de que no meu Estado, que é reconhecidamente o Estado mais politizado do Brasil, sem desdouro aos demais, na Paraíba, nem a ARENA tem corruptos, nem o MDB tem subversivos.

A política é arte perfeita.

Imperfeitos são os métodos de fazê-la e praticá-la.

Estejam todos os homens de bem, todos os patriotas sobretudo, todos os julgadores atentos a isto".

Disse ainda o Ministro estar falando a seus companheiros "quase desencarnado" tendo em vista a aposentadoria já requerida.

"Quando chegou a hora como chegou a minha, a lei põe a pesada mão sobre o ombro, já chagado de carregar os andores da vida e diz ao excomungado. "Ilustre inválido, arrume seus papéis, esvazie suas gavetas, não leve nada que seja dos outros, e vá saindo sem esquecer o sábio conselho de Pitágoras:

"Ninguém deve olhar para trás nas despedidas."

Isso é mais uma prova de que a lei dos homens não tem clemência nenhuma.

Aquela máxima de que o Juiz não pode ser mais clemente do que a Lei, é uma irrisão.

Infalível sim, é aquela outra sentença que está na boca de todos até em latim "Dura lex, sed lex".

Nestas condições, Srs. Deputados, observe-se que as leis consideram as relações de um ponto de vista geral e abstrato, mas e equidade deve socorrer o Magistrado para que a Justiça seja o símbolo da razão, da ordem e do bem comum.

Por tudo isso, resta-nos a esperança de que, infundindo confiança pelo desarmamento do espírito, se instaure o diálogo, o debate e a audiência, onde a classe política, jurídica e intelectual possam deglutir a fórmula inodora e insípida da democracia.

Muito obrigado."

O SR. PRESIDENTE (Maurício Fruet) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR. — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): "Estamos vivendo uma nova era.

De repente por este imenso Brasil se descobriu que o povo brasileiro é atacado por epidemias, tem doenças endêmicas.

Descobriu-se que o povo brasileiro facilmente propaga

certas epidemias, porque vive mal alimentado, trabalha mesmo doente, mora em aglomerações urbanas inservíveis para povos mais adiantados; porque se espreme, e acotovela no trabalho, nas conduções, na plataforma das estações...

Constatou-se que o Produto Interno Bruto, o já tão falado e pouco entendido PIB, cresceu, mas quatro quintos da população brasileira não vive melhor do que quando o PIB não era conhecido: enfim, a população hoje não vive melhor do que quando se diz que não tínhamos desenvolvimento e as condições de vida eram precárias porque eram poucos os bens para distribuir.

Descobriu-se a necessidade de ordem e progresso.

Descobriu-se que é muito importante elevar o PIB e a "renda per capita" porque os países desenvolvidos se medem pela "renda per capita" e o PIB.

Srs. Deputados.

Podemos até dizer que, num certo sentido, estamos sociado às doenças. Parece que alguma coisa está errada pois custa a crer que somente agora os brasileiros fiquem doentes com mais frequência, quando as rendas internas subiram tanto a ponto de nos situar na exata fronteira entre potência e não-potência, entre desenvolvido e subdesenvolvido.

Claro que devemos reconhecer o fenômeno não-novo, porém mais intenso, da grande marcha dos tangidos do campo para a cidade, daqueles que são obrigados a abandonar a lavoura em busca de melhor situação de vida nas cidades.

Enfim, estamos realizando a nossa revolução agrária, tão desejada pela população brasileira dos campos e das cidades.

Temos de admitir que as medidas governamentais não podem beneficiar a todos; beneficiam apenas uma parcela do povo do campo.

A outra parte: trabalhadores rurais, minifundiários e pequenos e médios agricultores arruinados deixam o campo ou se transferem para novas frentes agrárias. Mas, tanto esses como muitos dos que ficam a produzir nos seus locais de trabalho tradicionais conseguem equilibrar-se vivendo, não se sabe como.

Entre os grandes problemas que enfrentam, está o das necessidades médicas.

Se tivessem os mesmos critérios que nós, a respeito de tratamento médico para a família, com certeza escolheriam os tratamentos e não lhes sobriam recursos financeiros para comprar equipamentos necessários à lavoura, para comprar sementes e adubos.

Ninguém pode esquecer que o FUNRURAL e os Sindicatos tão bem dirigidos, aqui, por um Deputado desta Casa, constituem uma vitória internacional - conforme brilhante discurso que nossos ilustrados parlamentares fazem nesta Casa, e que nos levam até à emoção.

Estes novos recursos com que conta o homem do campo são, ao que tudo indicam, marcos a assinalar um caminho de representação e atendimento que ainda não é para nosso tempo.

Não podemos deixar de assinalar, entretanto, que as medidas decisivas, as medidas corajosas e lúcidas, ainda estão por ser tomadas.

Ninguém está a desconhecer o relativo benefício ou o abnegado empenho de profissionais e funcionários, ou, mesmo, de toda a estrutura burocrática de governo, para criar mecanismos de ajuda e apoio ao homem do campo.

Aliás, o que menos se deve contar em política, na avaliação das relações básicas entre os homens, é com o calor das boas intenções, com a cantilena do que se está tentando, com o que se inaugura.

O que devemos observar bem é se o que se está a fazer resolve, se pode vir a resolver, porque é o que deve ser feito.

E isto, Srs. Deputados, não se está fazendo.

"A prova não é a produção.

Sempre se produziu, e até em condições incrivelmente desfavoráveis, com esforço e audácia; e esse é um crédito do

povo: sempre produziu apesar das mais precárias condições de vida, de saúde, de segurança e de organização social.

Não surgiu agora, como um milagre; é uma acumulação de fatores que nada têm de mágico.

Hoje se produz melhor; amanhã se produzirá melhor ainda, mesmo que mude a estrutura de governo e os governantes.

O tamanho das estradas, o número de pontes, a quantidade de prédios públicos, as fantásticas telecomunicações são obra de governo; não de um governo apenas.

São obras de governo feitas com o resultado da produção, com impostos, taxas, descontos, preços de custos, jamais, também, igualados em qualquer época.

Há certa participação da equipe que governa, mas ninguém em sã consciência pode creditar à equipe de governo a responsabilidade pelo desenvolvimento da Humanidade, pela existência do sistema solar, e pelo calendário.

O que precisa sempre ser dito em defesa da verdade obscurecida é que o certo, a política correta, o que deve ser feito não está sendo feito.

Mesmo que nos queiram convencer com tanta insistência e assistência: o que deve ser feito, o essencial, não está sendo feito porque não é esta a ótica de governo, não é esta a sua maneira, a sua política.

O povo que produz não está sendo ouvido, e ele tem tanto a dizer, inclusive a ensinar como deve ser feito.

Se não para acabar com todos os males, pelo menos para encontrar no seu necessário autogoverno os caminhos reais do desenvolvimento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, com tanta atoarda sobre a produção, que enche de alegria todos os corações, o que realmente está a acontecer no campo? Não são apenas pequenos grupos deslocados que procuram as cidades.

Milhares deles vêm engrossar a indigência das maiores cidades, ou entram no gigantesco exército do simiemprego.

Aqui nesta Assembléia, diariamente, com todas as medidas limitativas a esse deslocamento de pessoas e pedidos de internamento e assistência, podemos nos preocupar e desesperar com o que está acontecendo.

Basta percorrermos os centros de assistência, as entidades filantrópicas para ficarmos preocupados.

Observar os bairros que concentram favelados, apesar das proibições, olhar as ruas da cidade, apesar da repressão policial.

E então se tem mais uma constatação a fazer: os miseráveis não devem comparecer ao centro da cidade, os mendigos existem mas não devem perturbar a paisagem urbana.

Nova e terrível constatação: a miserabilidade e a mendicância dela decorrente é fundamentalmente um assunto de repressão, seja diretamente policial ou policial disfarçada de assistencial.

Srs. Deputados, por falta de condições de se fixarem à terra e à região onde vivem, muitos, centenas e milhares de brasileiros, que não entendem nossa reforma agrária, se deslocam como fado, com famílias inteiras, e velhos e crianças, para qualquer lugar à procura de trabalho e assistência.

Não sabem que estão fazendo um mal, um grande mal, levando problemas para as novas regiões onde procuram trabalho e assistência.

Os deserdados não entendem os intuitos de assistência creditícia rural, de assistência rural, de assistência social dos municípios, a assistência hospitalar dos distritos e municípios, nem os grandes e louváveis esforços de urbanização.

Não é de estranhar que não entendam, pois temos três sociedades numa só, uma trindade perfeita: os beneficiários do sistema, os que trabalham e os que não conseguem ou não podem trabalhar.

Alguém, muito ágil, poderia argumentar que todas as sociedades têm essa divisão. Poderia até ser uma pessoa inteli-

gente, esperta, mas, com certeza, escolhendo o caminho do sofisma... Em nossa sociedade, 4/5 trabalham tenazmente e não são beneficiários do sistema, trabalham e mourejam apesar do sistema que lhes torna a principal coisa que é o direito de auto-sugestão, de auto-governo, além de lhes tomar muitas coisas materiais, muito mais do que em qualquer época ou situação política. 1/5 são os marginalizados, perto de 25 milhões de brasileiros são indigentes, desocupados, semi-empregados, num círculo de existência intolerável. Do campo, a cada ano, vem nova massa. A fração de beneficiários do sistema não é contada talvez em milhões, em milhares... Quantos? não sabemos ao certo, mas a renda "per capita", o PIB e a defesa dos privilégios são os indicadores mais certos para se saber quantos são.

Senhores Deputados:

Temos observado que duas grandes medidas estão sendo tomadas a respeito das condições precárias de vida de tantos brasileiros: o controle, triagem e repressão de miseráveis, para que não turvem a água e o ar que querem respirar nas cidades; talvez, a causa da poluição atmosférica sejam os pobres... E a segunda é o desencadeamento de campanhas sanitárias, em que aparece ao lado das medidas preventivas de caráter médico, a demagogia das campanhas políticas.

Porque demagogia política? É muito fácil verificar. As medidas de longo alcance, como o controle sanitário dos locais de reunião de pessoas: fábricas, estações, hotéis e hospedagens, escritórios, hospitais mesmo, escolas, repartições, restaurantes, corporações são relegadas a segundo plano ou entram num esquema de rotina que se dilui irresponsavelmente; não apresentam dividendos políticos. Esta é a medida da base, medida permanente a ser adotada, diminuindo as incidências de epidemias, e completadas por medidas de vacinação em massa, quando elas se tornam incontroláveis.

Sabemos que tantas epidemias, na verdade, têm outra origem: são as péssimas condições sanitárias da população brasileira, no campo e na cidade. Os 4/5 e, mais, o 1/5 de que falamos, embora as variações de standar de vida, não conseguiram ainda chegar a situar-se dentro da potência ou em desenvolvimento. O Ministro da Saúde, o Secretário da Saúde de São Paulo têm reconhecido que os sistemas de água e esgotos das cidades, as aglomerações urbanas sem os mínimos requisitos de moradia, a fome crônica e os insuficientes hábitos higiênicos são responsáveis básicos para esta situação de condutor fácil à propagação de doenças.

As campanhas educativas, no Brasil, pecam pela base. Se não assustarem as pessoas não conseguem sensibilizá-las para a cooperação. Porque o Governo se apresenta como tutor, como aquele que tudo sabe e tudo pode fazer, e ao qual devem seguir as multidões desguarnecidas da capacidade de decisão. Essas campanhas custam muito dinheiro, para serem o que na verdade são: uma intimação pelo susto. E a gente se lembra, até, da campanha que se está fazendo para mostrar que os edifícios precisam ser limpos e restaurados; um fato que ninguém sabia...

Enquanto se gasta tanto dinheiro em verbas publicitárias de educação do povo, e particularmente as sanitárias, os focos de doenças estão aí, como aí estão os miseráveis e doentes, disseminados por toda parte, sem controle.

Os Senhores Deputados — nenhum Senhor Deputado ignora esse fato — sabem como eles vêm até aqui solicitar um direito do cidadão — o direito a serem pessoas, de terem assistência médica e social. Os doentes e indigentes não nos procuram porque nós queremos realizar obra assistencial; eles nos procuram porque não sabem a quem recorrer. Enquanto esperam ajuda e internamento ficam em hospedarias e pensões, comunicando e recebendo doenças.

Senhores Deputados:

Está aí uma possível solução. Quem sabe o governo transforma em decreto ou portaria, com publicidade farta, as

hospedarias e pensões em hospitais? Confesso que não estranharia mais se isso acontecesse, tantas coisas estamos vendo nesta era das comunicações em massa. Comunicações que não são apenas informações mas massificação, transmissão de doenças e a política sanitária do governo".

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel). Concedo a palavra no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Em data de 4 de julho de 1973, o Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, com fundamento no art. 11 do Decreto Lei nº 3365, de 21 de junho de 1941 e art. 153 § 22 da Constituição Federal, propôs a ação de desapropriação contra FREDERICO LEITNER e outros, tendo como objeto, parte de uma pedreira, situada num imóvel conhecido como "Tanque dos Hauer", nas proximidades do Atuba, nesta Capital.

Assim, o Exmo. Sr. Governador do Estado, através do Decreto 3885, de 04/07/73, declarou de utilidade pública, a referida área, com 81.112 m², estimando o preço em Cr\$ 238.469,28 (Duzentos e trinta e oito mil, quatrocentos e sessenta e nove cruzeiros e vinte e oito centavos) e justificando a medida afirmando que o DER "tem necessidade de ocupar uma área de propriedade dos requeridos, a qual servirá para extração de material, e instalação de depósito para estocagem de explosivos, com área de segurança determinada pelo Ministro do Exército".

No entanto, surpreendentemente, esta área desapropriada, foi, incontinentemente, entregue à exploração a uma firma particular, na época, já em estado de falência de fato, a CAVALCANTI, JUNQUEIRA S/A.

Que, no momento, em virtude de demanda dos antigos proprietários da pedreira com a firma Cavalcanti, Junqueira S/A, relativa à área não desapropriada, o DER, por intermédio de seu "Diretor Técnico, declara que a firma EBEC — Engenharia Brasileira de Construções, antigamente denominada Cavalcanti, Junqueira S/A, foi e está autorizada a proceder à retirada de pedras da referida área.

Tal retirada, equivale em volume de 6.000 a 7.000 m³ de material por mês, ou seja, aproximadamente Cr\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil cruzeiros) mensal.

Nestas condições, o Deputado que este subscreve, na forma do Regimento Interno, requer seja encaminhado ao senhor Secretário dos Transportes, o seguinte pedido de informação:

Qual o verdadeiro motivo pelo qual o DER realizou referida desapropriação?

Qual o critério adotado pelo DER para entregar a uma empresa falida, a exploração da referida pedreira?

Quais outras desapropriações feitas anteriormente pelo DER e cujas explorações foram entregues a empresas particulares.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1976.

(a) MAURÍCIO FRUET"

Nestas condições, Sr. Presidente, Srs. Deputados, inicialmente requeremos um Pedido de Informações endereçado a Sua Excelência o Sr. Secretário dos Transportes, com três indagações:

Qual o verdadeiro motivo pelo qual o Departamento de Estradas de Rodagem realizou a referida desapropriação;

A segunda indagação: qual o critério adotado pelo DER, para entregar a uma empresa falida, a exploração da referida pedreira;

E finalmente: quais outras desapropriações feitas anteriormente pelo DER, isto é, até esta data, e cujas explorações foram entregues a empresas particulares.

Curiosamente, o fato que trazemos à exposição nesta Casa é lamentável, sob todos os aspectos. O primeiro deles — o Estado inicia uma ação de desapropriação solicitando um imóvel

da mais alta valorização em Curitiba, tendo como valor a irrisória importância de 238 mil e 469 cruzeiros; no dia seguinte, o Departamento de Estradas de Rodagem entrega a concessão dessa pedreira a uma firma falida de fato, na oportunidade, Cavalcanti Junqueira S/A.

Nós temos aqui em mãos, comprovando esta afirmativa, certidões fornecidas por diversos cartórios desta Capital, e que comprovam a existência de mais de 200 ações, entre processos sumarríssimos, cartas precatórias, ações executivas e inúmeros pedidos de falência. O mais curioso ainda, Srs. Deputados, além de não pagar o proprietário, o Departamento de Estradas de Rodagem permite que a sucessora desta firma, a EBEC — Engenharia Brasileira de Construções S/A., explore a pedreira, retirando dela, de 6 a 7.000 m³ de material, por mês, que, em moeda corrente, equivale à importância mensal de 650 mil cruzeiros. Mas o que é mais curioso ainda, é que no processo de desapropriação, afirma o Departamento de Estradas de Rodagem que, esta desapropriação fará com que a área objeto da mesma, servirá para instalação de depósito para estocagem de explosivos, com área de segurança determinada pelo Sr. Ministro do Exército. Ao invés de estocar explosivos, o que acontece ali diariamente são explosões. É uma incongruência absolutamente renomada.

Por esta razão, tomamos a liberdade, pela qualidade com que se reveste este fato, pelos antecedentes do mesmo e principalmente com o objetivo de evitar novas explosões, de, encaminhar Pedido de Informações, o qual temos absoluta certeza, a bem da verdade, para que não paire qualquer dúvida quanto à honestidade daqueles que assim agiram.

O SR. LÚCIO MACHADO — Tenho a impressão, nobre Deputado, que o requerimento de V. Exa. é um verdadeiro estopim.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomet). Consulto ao nobre Deputado Otássio Pereira, se deseja aproveitar dos treze minutos que ainda restam para o término do Expediente.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Eu declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomet). Nestas condições concedo a palavra, nestes 13 minutos que falta para a conclusão do Expediente, ao Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A volta à tribuna na sessão de hoje, ainda se prende à questão relativa ao tratamento igualitário no que se refere à remuneração entre os Promotores de Justiça e Juizes de Direito.

Na sessão de ontem, entreguei à Mesa, emenda ao Projeto de Lei número 30/76, propondo a revogação de um dispositivo da Lei 5849 que trata da matéria.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não basta apenas revogar um dispositivo de lei para que o Sr. Governador possa posteriormente encaminhar a esta Casa projeto de lei, dispondo sobre a remuneração do Ministério Público em termos equivalente à Magistratura.

E por esta razão, cumprindo dispositivo constitucional, apresento à Mesa, hoje, emenda à Constituição do Estado pela qual proponho uma nova redação ao Inciso 7º do Artigo 58 que também acresce o mesmo Artigo 58 de um parágrafo único:

“A atual Constituição do Estado prevê em seu artigo 58 inciso 7º, que mediante Lei o Estatuto do Ministério, estabelecerá estudos e instruções, fixando atribuições observado o seguinte:

“Inciso 7º — Fixação de vencimentos na 1ª Entrância, com diferença não excedente de 20 por cento, de uma para outra Entrância, atribuindo-se ao de Entrância mais elevada, não menos de dois terços do vencimento do Procurador Geral da Justiça”.

Este dispositivo, com a redação proposta na emenda, passa a ser o seguinte: “Igualdade de vencimentos com os Magistra-

dos da mesma Entrância”.

Por outro lado, neste mesmo artigo 58, pela emenda que acresce um parágrafo único, com a seguinte redação: “Os procuradores da Justiça terão as mesmas garantias, direitos, prerrogativas, vencimentos e impedimentos dos Juizes do Tribunal de Alçada”.

Essa primeira emenda, a que dispõe sobre igualdade de vencimentos com os Magistrados da mesma Entrância, já constitui dispositivo da Constituição do Estado de Sergipe. Artigo 95: “aplica-se aos membros do Ministério Público o seguinte: igualdade de vencimentos com os Magistrados da mesma Entrância”.

Por outro lado, o atual Artigo 58, inciso 7º, com a redação que acabei de ler, encontra similitude em vários textos constitucionais de Estados da Federação.

Todavia, em 1962, o Supremo Tribunal Federal, julgando a representação 826, do Procurador Geral da República, entendeu que esse dispositivo que vou ler, é inconstitucional: “Vencimentos fixados com diferença não excedente de 20 por cento de uma para outra Entrância, atribuindo-se aos de Entrância menos elevada menos 10 por cento dos vencimentos dos Procuradores, os quais receberão 10 por cento menos daqueles atribuídos aos Procuradores Gerais da Justiça”.

Esse dispositivo da Constituição do Mato Grosso, que acabei de ler, é idêntico ao da Constituição do Estado do Paraná. Cabem e se entrosam, perfeitamente, em ambas as redações.

Ora, se o Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucional o dispositivo da Constituição do Estado do Mato Grosso, é ilógico e óbvio que o mesmo dispositivo de nossa Constituição também é inconstitucional, face à Carta Federal.

E como o Senado Federal, pela Resolução número 44, de 26/09/72, publicada no Diário do Congresso Nacional de 27/09/72, já suspendeu também a execução desse dispositivo da Carta Estadual de Mato Grosso, podemos, e devemos até, nos antecipar à medida idêntica que, porventura, venha a ser tomada com relação ao Estado do Paraná.

E a emenda visa, antes do mais, isso exatamente.

E no mérito, pretende a emenda estabelecer aquilo que vimos debatendo já há algum tempo, nesta Casa: igualdade de vencimentos da mesma Entrância, entre o Juiz de Direito e o Procurador da Justiça.

Por outro lado, a emenda preconiza também que os Procuradores da Justiça terão as mesmas garantias, os mesmos direitos, prerrogativas, vencimentos e impedimentos dos Juizes do Tribunal de Alçada.

Não é esta proposição inovação. Não constitui um fato “sui generis” do Direito Constitucional do Estado do Paraná. Porque, os Procuradores da Fazenda, junto ao Tribunal de Contas, têm as mesmas prerrogativas, direitos, vantagens e vencimentos dos Auditores, junto ao mesmo Tribunal.

Por sua vez, esses Auditores têm os mesmos direitos, vantagens, vencimentos e impedimentos dos Conselheiros do Tribunal, os quais, por sua vez, têm os mesmos direitos, vantagens, vencimentos, prerrogativas e impedimentos dos Desembargadores do Tribunal de Justiça.

Portanto, me parece que a proposição de estabelecer para o Procurador de Justiça, que é o ponto culminante do Ministério Público, vencimentos idênticos, vantagens, impedimentos dos Juizes do Tribunal de Alçada, importa em reconhecer que as atribuições do Procurador de Justiça são elevadas e são do porte do Juiz do Tribunal de Alçada. Assim como a própria Constituição já reconheceu que o Procurador da Fazenda junto ao Tribunal de Contas exerce posição de importância idêntica ao do Auditor, ao do Conselheiro e ao do próprio Desembargador do Tribunal de Justiça.

Poder-se-ia afirmar que estaria se pretendendo, com esta emenda, na verdade, uma vinculação que a Constituição Federal, no artigo 98, § 2º, expressamente veda. Mas não é assim.

Segundo o emnente jurista Pontes de Miranda em seus alentados comentários à Constituição de 67, com emenda número 01, página 482 — “Entre os cargos públicos pode haver **igualdade ou coincidência ocasional de tratamento, ou equiparação, ou tratamento em função** ou haver **identidade**. A igualdade pode ser estabelecida pela **regra jurídica constitucional** ou, respeitados os princípios constitucionais, pela lei. A **coincidência ocasional** exsurge sempre que o cargo “a” tem vantagens, prerrogativa, julgamento especial, incompatibilidade, vencimentos, ou outro elemento de nomeação, de aprovação, ou de posse, ou de direitos e pretensões, sem que se tenha estabelecido qualquer relação jurídica entre os cargos. Não foram igualizados, nem equiparados”.

É exatamente esta a situação da emenda. Não há nenhuma vinculação entre o Juiz de Direito e o Promotor em cada uma das instâncias e, também, isso não ocorre em relação ao Procurador de Justiça e o Juiz do Tribunal de Alçada.

Outro processualista, também, de nomeada, Manoel Gonçalves Ferreira Filho, diz o seguinte:

Que regra do artigo 98, parágrafo único que veda a vinculação se teve por objetivo “impedir as chamadas majorações automáticas estabelecidas para o Executivo, arrastariam consigo o Legislativo e o Judiciário. Assim, força o exame de cada caso, para obter a solução mais justa e adequada, o que evidentemente não veda a adoção de soluções iguais, sendo iguais as condições”.

Então, me parece que na opinião abalizada de Pontes de Miranda que não vê neste tipo de proposição nenhuma vinculação de equiparação e, também, calcado nesta afirmação, agora lida, de Manoel Gonçalves Ferreira Filho, que esta emenda ora proposta à Constituição do Estado tem substrato constitucional para que possa ser aprovada pela Casa.

E, é por esta razão que, por derradeiro, solicito aos Srs. Deputados, como uma medida de justiça e uma fórmula de resolver a questão aqui suscitada, que aproveemos esta emenda à Constituição do Estado.

Com isto forneceremos meios legais e instrumento constitucional adequado ao Sr. Governador do Estado para que, tão logo seja promulgada a emenda, ele possa encaminhar à Casa projeto de lei propondo uma diferença na remuneração que devemos aprovar para os Promotores, diferença esta que equivalerá em cada entrância ao que percebem os Juizes de Direito e, em relação ao Promotor de Justiça, compatível com a remuneração recebida pelos Juizes do Tribunal de Alçada.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte? (**Assentimento**).

Deputado Accioly Neto, tão somente para indagar de V. Exa. um entendimento que tenho sobre o que preceituam dispositivos da Carta Magna e de nossa Constituição Estadual.

Verificamos, Sr. Deputado, que o artigo número 72, da Constituição Federal, em seu § 3º, tem a seguinte redação, com referência a vencimentos no que tange aos membros do Tribunal de Contas da União:

“§ 3º — Os seus Ministros serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, dentre brasileiros, maiores de trinta e cinco anos, de idoneidade moral e notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros ou de administração pública, e terão as mesmas garantias, prerrogativas, vencimentos e impedimentos dos Ministros do Tribunal Federal de Recursos”.

Vemos também, Sr. Deputado, que no artigo 41 da Constituição Federal, em seu § 3º, o legislador pretendeu adaptar a nossa Carta Estadual à Federal, no que se refere aos membros do Tribunal de Contas.

“§ 3º — Os seus conselheiros serão nomeados pelo Governador, depois de aprovada a indicação pela Assembleia Legislativa, dentre brasileiros, maiores de trinta e cinco anos, de comprovada idoneidade moral e notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros ou de administração pública...”

“Ipsis literis”, conforme a redação da Constituição Federal.

E continua “... e terão as mesmas garantias, prerrogativas” — e daí a estranheza, exclui-se a expressão **vencimentos**, para continuar — “... e impedimentos dos desembargadores do Tribunal de Justiça”.

A indagação é a seguinte. Hoje os Conselheiros do Tribunal de Contas têm vencimentos equiparados aos de Desembargadores. Quer me parecer que à época da edição desta Constituição não estava instalado o Tribunal de Alçada do Paraná, que, em hierarquia, se equipara, no plano Federal, ao Tribunal de Recursos. Indago de V. Exa. se foi proposital a exclusão da expressão **vencimentos** da redação do § 3º, do artigo número 41, da Constituição Estadual, ou se entende esta equiparação de vencimentos como legal.

O SR. PRESIDENTE — (**Gabriel Sampaio**). A Mesa comunica ao orador que seu tempo está esgotado e concede mais alguns minutos para concluir.

O SR. ACCIOLY NETO — V. Exa. tocou um ponto que cria uma situação altamente discutível dentro desta Casa.

A Mensagem do Governador do Estado propõe que os vencimentos dos Conselheiros do Tribunal de Contas sejam idênticos aos dos Desembargadores do Tribunal de Justiça.

Com razão V. Exa. aponta o fato em que o § 3º, do artigo número 41, não alberga a expressão **vencimentos**.

Da mesma forma, V. Exa. verá mais adiante, que no parágrafo 4º, também essa expressão “vencimentos” não está escrita, quando trata dos auditores, e mais adiante, quando trata dos Procuradores, também verificará que não só não consta “vencimentos” como também não consta “prerrogativas e impedimentos”, apenas “garantias”.

Todavia, os Auditores do Tribunal de Contas também tiveram fixados em mensagem, seus novos vencimentos so quais foram iguais aos atribuídos aos Procuradores da Justiça, aos Procuradores da Fazenda, junto ao Tribunal de Contas.

Portanto, a anomalia que existe, se é de se reconhecer seria só pelo fato de não constar do texto constitucional. Nada impede que o Governador do Estado fixe os vencimentos dos membros do Tribunal de Contas, como Conselheiros, nas mesmas proporções dos Desembargadores do Tribunal de Justiça. Assim como nada impede que Auditores e Procuradores junto à Fazenda Pública, percebam vencimentos que o Governador entender fixar para essas duas categorias distintas.

V. Exa. tem razão quando diz que deveriam corresponder os vencimentos dos Conselheiros do Tribunal de Contas aos dos Juizes do Tribunal de Alçada. Mas, desde que esta não é a regra que prevalece, mas ao contrário, se estabeleceu com essa proposta do Governador uma regra, segundo a qual um Conselheiro do Tribunal de Contas deve ganhar tanto quanto ganha um Desembargador, me parece que a emenda está perfeita, quando permite que os Procuradores da Justiça percebam aquilo que percebe o Juiz do Tribunal de Alçada.

Acredito que tenha respondido a V. Exa. — (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE — (**Gabriel Sampaio**). Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Sobre a Mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado**. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. LÚCIO MACHADO — (**Pela ordem**). Sr. Presidente, solicito verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — (**Gabriel Sampaio**). Deferido o pedido.

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Responderam a chamada nominal 31 Srs. Deputados. Há quorum para o prosseguimento da sessão e conseqüente, deliberação.

Projeto de Resolução de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Emenda ao Projeto de Lei nº 30/76, de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, lida em sessão anterior. Necessita de apoio.

O SR. IVO HOMAZONI — Sr. Presidente, apenas para me esclarecer, V. Exa. está recebendo em 3ª Discussão, Emenda ao Projeto de Lei nº 30/76?

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio). — Exatamente.

O SR. IVO THOMAZONI — Poderia, Sr. Presidente, esclarecer o teor da emenda?

O SR. ACCIOLY NETO — (Pela ordem). Sr. Presidente, esta emenda já foi recebida pela Mesa, ontem.

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio). A Mesa comunica e informa que a referida Emenda, de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto foi recebida ontem pela Mesa, mas necessita de apoio na sessão de hoje, portanto, os Srs. Deputados que a apoiam, permaneçam como estão. — **Apoiada.**

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem). Sr. Presidente, eu consultaria sobre a situação da emenda sobre este Projeto, ontem apresentada também.

O SR. PRESIDENTE — (Sr. Gabriel Sampaio). De autoria de V. Exa.

Emenda do Sr. Deputado Enéas Faria ao Projeto de Lei nº 30/76, que também necessita de apoio; os Srs. Deputados que a apoiarem, permaneçam como estão. — **Apoiada.**

Emenda à Constituição do Estado, apresentada pelo Sr. Deputado Accioly Neto, subscrita por mais 9 Srs. Deputados. Será encaminhada à imprensa em forma de avulso e posteriormente às Comissões Técnicas, para que tenha tramitação regimental.

(A Emenda apresentada à Constituição Estadual é a seguinte:)

“Emenda à Constituição do Estado

a) o inciso VII, do art. 58, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 58 — ...

VIII — igualdade de vencimentos com os magistrados da mesma entrância”.

b) Fica acrescido o Art. 58, de um parágrafo único, com a seguinte redação:

“Art. 58 — ...

Parágrafo único — Os procuradores da Justiça terão a mesmas garantias, direitos, prerrogativas, vencimentos e impedimentos dos Juizes do Tribunal de Alçada”.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1976.

(aa) Accioly Neto, Otássio Pereira, Osvaldo Macedo, Adalberto Daros, Deni Schwartz, Gabriel Sampaio, Waldenício Barbalho, Jorge Sato, Aragão de Mattos Leão, Paulo Camargo, Edilson Alencar, Quielse Crisóstomo, Domício Scaramella, Enéas Faria, Maurício Fruet, Lúcio Machado, Ernesto Gnoato, Nilso Squarezi, Gabriel Manoel, Jurandir Messias, Fidelcino Tolentino, Luiz Roberto Soares”.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 24/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 19/76, que aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Formosa do Oeste, objetivando execução de reparos nos prédios que especifica, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 25/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº

21/76, que aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Goioerê, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam o Posto de Saúde o Ginário Estadual Ribeiro de Campos, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 26/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 22/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Inajá, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Barão do Rio Branco, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 30/76, de autoria do Poder Executivo, mensagem nº 43/76, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva fixar a partir de 01/03/76, novos vencimentos mensais aos Membros da Magistratura, do Ministério Público, Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado, ao Procurador Geral e Procuradores do Estado junto ao mesmo tribunal. Pareceres favoráveis da CCJ., CF e CRH. — Em regime de urgência.

— Tendo em vista que a Mesa recebeu ontem duas emendas ao referido projeto, e que hoje foi dado apoio a ambas as emendas, nós determinamos que o Projeto de Lei nº 30/76, seja encaminhado às Comissões Técnicas para parecer.

Pela ordem, com a palavra o Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, apenas para fazer uma sugestão a V. Exa., sugestão esta, que visa evitar o truncamento da tramitação deste projeto, com sua retirada hoje, da Ordem do Dia. Sugeria a V. Exa. que suspendesse a sessão por 30 minutos, e a CCJ se reunirá e apreciará, imediatamente, as emendas. Em seguida, poderá ser votado o projeto e as emendas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio). Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Para tranquilizar a deliberação de V. Exa., Sr. Presidente, queria apenas rememorar à Mesa e à Casa, de que esta atitude tem sido adotada até é de praxe desta Casa. Há dias atrás numa votação do projeto de lei relativamente ao ICM, se procedeu desta forma para análise de emendas: suspendendo a sessão, e convocando a CCJ para deliberar sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio). A Mesa solicita a presença das duas lideranças MDB e ARENA, para virem até à Mesa.

— A Mesa consulta, inicialmente o Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da possibilidade de dar parecer verbal às emendas apresentadas.

E também consulta o Sr. Presidente da Comissão de Finanças se há essa possibilidade.

Se um dos Srs. Presidentes desejar dar o parecer por escrito, suspenderemos a sessão por meia hora.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, atendendo a solicitação de V. Exa. comunico à Mesa que a Comissão de Constituição e Justiça poderá fornecer parecer verbal às duas emendas. Para tanto, designo o eminente Deputado Luiz Roberto Soares para relatar.

O SR. PRESIDENTE — (Sr. Gabriel Sampaio). A Mesa consulta o Presidente da Comissão de Finanças, Deputado Quielse Crisóstomo, como dará o parecer.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, a Comissão de Finanças também já designou o Sr. Deputado Aragão de Mattos Leão para relatar a matéria e o fará verbalmente.

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio). Solicitarei aos Srs. Deputados designados, respectivamente Luiz Roberto

Soares pela Comissão de Constituição e Justiça, para que faça o parecer verbal desta Comissão, e, posteriormente, o Deputado Aragão de Mattos Leão, pela Comissão de Finanças.

Suspendo a sessão por cinco minutos para que os Srs. Deputados possam discutir a matéria, para que procedam os respectivos pareceres verbais.

— (É suspensa a sessão por cinco minutos).

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio) Está reaberta a sessão.

Pergunto ao Sr. Presidente da Comissão de Finanças se o relator poderá fazer o seu parecer verbal?

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela ordem) Sr. Presidente vou encaminhar à Mesa requerimento no sentido de que seja adiada a discussão do presente projeto por três sessões.

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio) A Mesa aceita e solicita ao nobre Deputado que providencie o envio do requerimento à Mesa.

Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, que solicita a retirada da Ordem do Dia por 3 sessões do Projeto de Lei 30/76.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem) Sr. Presidente, volto a me fixar num ponto. Inicialmente para dizer que constitucionalmente emendas que propõe o aumento de despesa não poderiam ser acolhidas pela Mesa e estou, Sr. Presidente, verificando o dispositivo constitucional que determina este procedimento.

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio) Solicito que V. Exa. leia.

O SR. IVO THOMAZONI — Perfeitamente. Estou a localizar.

Aqui está: Parágrafo 1º do art. 34 da Constituição do Estado do Paraná — “Não será objeto de deliberação a emenda de que decorra aumento de despesa global ou de cada órgão, fundo, projeto ou programa, ou que vise a modificar-lhe o montante, a natureza e objetivo”.

O SR. ACCIOLY NETO — (Pela ordem) Sr. Presidente . . .

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio) Solicito ao nobre Deputado que aguarde um instante para que possamos decidir o solicitado pelo Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

Por uma questão de coerência, uma vez que o Sr. Deputado Paulo Camargo, que presidia a sessão de ontem, recebeu as emendas e entendendo nós, também, o dispositivo do art. 34, parágrafo 1º fala claramente que não poderá ser objeto de deliberação, entendemos que o órgão competente para deliberar sobre isto será a Comissão de Constituição e Justiça, à qual já solicitamos seu parecer que, no caso, será verbal nesta sessão.

Com a palavra agora, o Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, em que pese o respeito que tenho pelo eminente líder do Governo, o artigo referido por S. Exa. nada tem a ver com o que estamos discutindo.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem) Sr. Presidente, estou a localizar em outro Capítulo, procedimento igual para projetos desta natureza.

Sr. Presidente, inicialmente faria referência ao artigo 47 da Constituição, das atribuições do Sr. Governador.

Mas, do processo legislativo, V. Exa. poderá verificar . . .

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio) A Mesa, para auxiliar a V. Exa., toma a liberdade de perguntar se não será o

caso do artigo número 25, § 2º que diz:

“A iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador e aos Tribunais estaduais, nos casos previstos nesta Constituição.

§ 2º — Não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista”.

O SR. IVO THOMAZONI — Perfeitamente. Mas há uma disposição que veda a deliberação sobre matérias que aumentem despesas, mais especificamente do que se observa no artigo número 25 . . .

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela ordem) Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio) Não posso conceder, de vez que está com a palavra, pela ordem, o Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Pretendo ser breve.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem).

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio) Não posso, porque ainda está com a palavra pela ordem, o Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, vou me fixar no art. 25, § 2º da Constituição Estadual: “Não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista”.

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio) Devo dizer ao Deputado Ivo Thomazoni que o Deputado Paulo Camargo, que presidiu a sessão de ontem, recebeu as emendas. As emendas, portanto, estão recebidas e, no momento, já apoiadas. Estamos numa fase um pouco mais adiantada, que é o problema de pareceres necessários para que as emendas tenham condições de serem pelo plenário.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela ordem)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, que já a havia solicitado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, peço que seja atendida a precedência de minha questão de ordem, de que o requerimento que se encontra sobre a Mesa seja posto em votação.

Até para clarificar a posição, de vez que uma das emendas não trata de aumento de despesas, que é exatamente a do Deputado Accioly Neto.

Em razão disto pareceria mais sensato que se adiasse para que, com mais vagar, se analisasse matéria de tão relevante importância.

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio) Requerimento do Deputado Luiz Roberto Soares. Em votação.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem).

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio) Está em votação, portanto, não posso conceder a palavra pela ordem.

O SR. IVO THOMAZONI — É uma questão regimental, Sr. Presidente.

A consulta é a seguinte:

Estando a matéria em regime de urgência, é regimental o adiamento de votação?

Gostaria que V. Exa. consultasse a Assessoria da Mesa.

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio) Partindo do princípio que o plenário é soberano, acho que há condições de ser

votado este requerimento; uma vez que em última instância, sobre o Regimento Interno, há a competência do plenário. Portanto, coloco em votação o requerimento do Deputado Luiz Roberto Soares, que solicita a retirada do projeto por 3 sessões. Em votação. — **Aprovado.**

Consequentemente, adiada por 3 sessões a 3ª discussão do Projeto de Lei 30/76, e remetendo para as Comissões Técnicas o Projeto e respectivas emendas, para os pareceres.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) Sr. Presidente só para indagar da Presidência se as emendas vão ser naturalmente apreciadas em 2ª discussão. Pretendo, Sr. Presidente, apresentar emendas também.

Indago se as emendas serão consideradas em 1ª, 2ª ou 3ª, pela ordem de recebimento, em segunda discussão.

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio) O projeto foi discutido e votado em 2ª Discussão; o Substitutivo Geral será apreciado em 2ª discussão, quando também serão recebidas as respectivas emendas que por ventura sejam apresentadas.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Somente porque eu entendo que nesta emenda há dispositivos de flagrante inconstitucionalidade.

Deverei apresentar uma emenda também, a plenário.

O SR. PRESIDENTE — Gabriel Sampaio Em 2ª discussão. Esclarecido V. Exa., prosseguiremos com a Ordem do Dia:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 27/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 32/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Paraíso do Norte, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Oscar Joseph de Plácido e Silva, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 03/76, de autoria do Poder Executivo, mensagem 21/76, encaminhando anteprojeto de Lei, objetivando acrescentar ao art. 1º da Lei 6593, de 15 de agosto de 1974, o inciso IV, com redação que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 30/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 38/76, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o Município de Prudentópolis, objetivando execução de reparos nos prédios que especifica, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J. — **(Aprovado).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 30/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 10 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração com o Município de Prudentópolis, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam a Escola Normal Coronel José Durski, o Grupo Escolar Barão de Capanema, o Ginásio Estadual Alberto de Carvalho e a Unidade Sanitária, da sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente; Ivan Rüppel, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO 38/76

Em obediência a dispositivos constitucionais o Sr. Governador está enviando a esta Assembléia Legislativa, cópia autêntica do Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através a Secretaria da Administração com o Município de Prudentópolis, visando a execução de reparos em próprios estaduais, da sede do referido Município.

A celebração de convênios encontra amparo legal no que dispõe o artigo 47 item IX, da Constituição do Estado, que diz ser da competência do Chefe do Poder Executivo firmar convênio com a União, Estados e Municípios, e também por força de preceitos constitucionais, cabe à Assembléia referendá-los.

Assim sendo, oferecemos nosso parecer pela aprovação da Proposição em exame, obedecidos os termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 29 de março de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente; Ivan Rüppel, Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 183/72, de autoria do Deputado João C. Fadel, que autoriza o Poder Executivo criar o Conselho Estadual de Prevenção à Poluição Ambiental, integrado à estrutura administrativa da Secretaria de Saúde Pública e dá outras providências. Parecer **CONTRÁRIO** da C.C.J.

PROJETO DE LEI 183/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar o CONSELHO ESTADUAL DE PREVENÇÃO À POLUIÇÃO AMBIENTAL, integrado à estrutura administrativa da Secretaria de Saúde Pública.

§1º — O Conselho Estadual de Prevenção à Poluição Ambiental terá como atribuições estudar, planificar, dirigir, e fiscalizar os casos de prevenção, controle ou redução da poluição, nova ou existente, de modo a assegurar proteção efetiva contra poluições de tomadas de água para uso potável ou industrial, águas de uso balneário, águas utilizadas para disposição de esgotos e de resíduos industriais águas em portos fluviais e lacustres e outras de interesse coletivo.

Art. 2º — Para cumprimento de suas atribuições o Conselho Estadual de Prevenção à Poluição Ambiental poderá solicitar do Governo do Estado declarações de ZONAS DE INTERESSE SANITÁRIO, nos termos da presente Lei.

Art. 3º — Para controle de poluição, de águas de que se faça uso para abastecimento urbano, balneários, estâncias hidro-minerais e outras finalidades de interesse coletivo aplicar-se-ão os princípios da legislação federal em vigor e as medidas constantes da presente Lei.

Art. 4º — O Poder Executivo regulamentará a presente Lei dentro do prazo de noventa (90) dias, a contar de sua publicação.

Art. 5º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1972.

a) **JOÃO FADEL**

JUSTIFICATIVA:

O processo de industrialização intensiva que hoje registra-se em todo o País fez com que emergisse nas maiores concen-

trações urbanas o problema da poluição ambiental — solo, ar e água — elementos que mais diretamente são afetados pela ação do homem na conquista de novos horizontes da ciência e tecnologia.

O Paraná, embora ainda não conte com cidades industriais no sentido técnico do termo já possui, não obstante, em alguns centros urbanos do interior e na Capital, relativa incidência de unidades industriais que, por emissão de fumaça, gases e lançamento de detritos químicos ou não, nos cursos d'água, somado à descarga de esgotos e águas servidas, tornam-se agentes de poluição cuja periculosidade não pode e nem deve ser subestimada pelo Poder Público, que, atento ao problema, há pouco fez realizar um Simpósio sobre a Poluição, quando houve o conclave por bem recomendar a adoção de legislação específica, com criação de órgãos especialmente encarregados de definição e execução da política estadual de proteção à poluição ambiental.

Considerando-se por outro lado, que se torna de urgente necessidade a adoção de medidas destinadas a proteger as tomadas de água em rios, para abastecimento de água pública, para uso industrial, agropecuário e outros de interesse coletivo, contra poluições provenientes de águas servidas e esgotos de aglomerações humanas, águas residuais de indústrias e mesmo resíduos sólidos e tendo-se ainda presente ao espírito que há pouco tempo esta Assembléia aprovou projeto de lei que estabelecia condições mínimas de tratamento de emanções de fumaça ou gases de indústrias que viessem a ser instaladas, entendo que a presente proposição instrumentará adequadamente o Poder Público para disciplinar a prevenção da poluição ambiental, evitando, desde logo, o agravamento do problema a índices que chegam a alterar o próprio equilíbrio ecológico, como já comprovado em regiões intensamente industrializadas dos Estados Unidos e de alguns países europeus, valendo o exemplo do Vale do Rhur, na Alemanha, hoje permanentemente recoberto pela fuligem emanada dos altos fornos siderúrgicos ali instalados.

Por outro lado, atribuindo ao Poder Executivo a regulamentação da Lei ocorrerá a oportunidade concreta de o problema da poluição vir a ser tratada como uma perspectiva global dando o seu inter-relacionamento com diversos aspectos da política de saneamento ora em execução, notadamente no que se refere ao abastecimento de água, rede de esgotos, retificação de cursos de água, assoreamento de rios, erosão, eliminação de detritos domiciliares ou industriais, diminuindo o custo dos investimentos a serem feitos por eliminação da atuação paralela e projetando mais significativamente o sentido social de combate à poluição ambiental.

Os nobres Deputados, bem despertados para problemas de interesse evidente da comunidade paranaense, certamente darão ao presente projeto de lei seu honroso e indispensável apoio.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI 183/72

O presente Projeto de Lei 183/72, de autoria do ex-Deputado João Fadel, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar o Conselho Estadual de Prevenção à poluição ambiental, integrado na estrutura administrativa da ex-Secretaria de Saúde Pública.

O projeto mereceu parecer contrário desta mesma CCJ., em 26/10/72, parecer este de autoria do ex-Deputado Erondy Silvério.

Analisando-se o processo, vemos que o mesmo foi devolvido, em razão daquele parecer ao seu autor em 30/10/72, pelo ofício 94/72, e somente retornou a esta Comissão em 28/8/75.

Embora as intenções e a validade da iniciativa sejam das mais louváveis, constitucionalmente o projeto fere os Arts. 25 e 35 da Carta Magna Estadual, já que na sua execução haverá o comprometimento do Orçamento Estadual.

Nestas condições, nosso parecer é CONTRÁRIO, por julgá-lo inconstitucional, opinando-se pela sua REJEIÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1975.

aa) Accioly Neto, Presidente; Waldenício Barbalho, Relator.

— Em discussão.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem) Sr. Presidente, apenas para que conste das notas taquigráficas desta sessão, leerei o parágrafo primeiro do artigo 187: “os projetos de prorrogação ou adiamento da sessão legislativa ou vetados e os considerados de urgência, não admitirão adiamento de votação”. Apenas para que a Mesa esteja informada de que o procedimento ofendeu o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio) Está registrada a solicitação do Deputado Ivo Thomazoni.

Continuando, 1ª discussão do Projeto de Lei 183/72. — Rejeitado.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 190/75, de autoria do Deputado Deni Schwartz, que declara de Utilidade Pública a Associação de Senhoras de Rotarianos na cidade de Francisco Beltrão. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI 190/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Senhoras de Rotarianos de Francisco Beltrão, com sede e foro em Francisco Beltrão.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1975.

a) DENI SCHWARTZ

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Senhoras de Rotarianos de Francisco Beltrão, é uma entidade que tem por finalidade manter, dirigir e colaborar em obras e iniciativas com fins especificamente filantrópicos.

A documentação que anexamos ao presente, comprova as suas finalidades, bem como estar em condições para ser reconhecida de utilidade pública.

Nestas condições, é que apresentamos o presente projeto de lei que temos a certeza, contará com o apoio dos nobres pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI 190/75

O nobre Deputado Deni Schwartz, com o presente plano de lei, objetiva seja declarada de utilidade pública a Associação de Senhoras de Rotarianos da cidade de Francisco Beltrão.

Para tanto, instrui o projeto com a documentação necessária e exigida por lei, comprovando a existência legal da Associação a ser declarada de utilidade pública, bem como que a mesma se encontra em pleno funcionamento sem atividade com fins lucrativos e que os seus membros de Diretoria não recebem salários, vencimentos ou gratificações.

Nestas condições, nosso parecer é pela aprovação do projeto, por não ferir o mesmo qualquer disposição constitucional ou legal.

É o parecer., S.m, j.

Sala das Comissões, em 17 de março de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 22/76, de autoria do Poder Executivo, mensagem 24/76, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao anexo II, da Lei 6119, de 19/06/70, que dispõe sobre o Quadro Próprio do Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado. Parecer favorável da C.C.J., COM SUBSTITUTIVO GERAL. EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI 22/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — O Anexo II, da Lei 6119, de 29 de junho de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

“ANEXO II SISTEMÁTICA DE CARGOS EM COMISSÃO PARTE PERMANENTE

Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	VENCIMENTO OU SÍMBOLO
Um (01) Diretor Geral		Cr\$ 9.295,00
Cinco (05) Diretores de Departamento		Cr\$ 6.506,00
Um (01) Diretor do Gabinete de Assistência Técnica		Cr\$ 6.506,00
Um (01) Tesoureiro Geral		1—C
Um (01) Contador Geral		1—C
Um (01) Chefe de Gabinete da Presidência		1—C
Um (01) Chefe de Gabinete da Primeira Secretaria		1—C
Um (01) Chefe de Gabinete da Segunda Secretaria		1—C
Um (01) Chefe de Gabinete da Diretoria Geral		1—C
Um (01) Chefe do Serviço de Segurança		2—C
Um (01) Assessor Jurídico do Departamento de Pessoal		2—C
Um (01) Assessor Jurídico do Departamento de Finanças		2—C
Um (01) Coordenador de Auxílios Sociais		2—C”

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Sessões, em 09/02/76

a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA VOTO EM SEPARADO AO PROJETO DE LEI 22/76

Através da mensagem 24/76, o Sr. Governador do Estado encaminhou a esta Casa o anteprojeto de lei objetivando dar nova redação ao Anexo II, da Lei 6119, de 29 de junho de 1970, que dispõe sobre o Quadro Próprio de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa.

Ao relatar a matéria o Sr. Deputado Accioly Neto ofereceu parecer favorável ao mencionado projeto de lei, condicionado aos termos da emenda substitutiva que apresentou.

Referida emenda produz sérias alterações que acabam por corresponder a “aumento de despesa”, senão vejamos:

Propõe o Sr. Governador do Estado:

Tesoureiro Geral - símbolo 1C

Assessor Jurídico do Dep. Pessoal - símbolo 2-C

Assessor Jurídico do Dep. Finanças - símbolo 2-C

Coordenador de Auxílios Sociais - símbolo 2-C

Pela emenda substitutiva, tais cargos ficariam assim:

Tesoureiro Geral Cr\$ 6.506,00

Assessor Jurídico do Departamento

Pessoal

símbolo 1—C

Assessor Jurídico do Departamento Finanças

símbolo 1—C

Coordenador de Auxílios Sociais

símbolo 1—C

Afora este aspecto — “aumento da despesa”, cumpre ainda ressaltar que os cargos de Tesoureiro Geral e Contador Geral foram desdobrados do antigo Departamento de Finanças, Contabilidade e Pessoal, os quais por sua vez, passaram a ser Diretorias Autônomas.

Em tais condições, os cargos de Tesoureiro Geral e Contador Geral, ficam subordinados a uma Diretoria, e seria um contrasenso, a percepção de vencimentos idênticos ao Diretor a que estão subordinados.

Outrossim, sendo o cargo de Tesoureiro Geral, um cargo em comissão, a proposta governamental está perfeitamente enquadrada nos preceitos legais.

Os cargos de Assessores Jurídicos de Departamentos, classificados como cargos em comissão símbolo 2—C, na proposta governamental, também estão de acordo com a simbologia estatal, eis que o símbolo 1—C é reservado às Chefias Gerais de Assessorias Jurídicas, as quais estes estariam subordinados.

Idêntico tratamento deverá ser dado ao Coordenador de Auxílios Sociais.

Pelas razões aduzidas, entendemos — com o devido respeito ao Sr. Relator, Deputado Accioly Neto, que deva ser submetida a plenário a mensagem governamental, na forma original do Projeto de Lei 22/76, rejeitada por esta Comissão a emenda substitutiva apresentada.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1976.

a) DÁCIO LEONEL

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI 22/76

Pela mensagem 24/76, o Governador do Estado encaminha anteprojeto de Lei que objetiva dar nova redação ao Anexo II, da Lei 6119, de 29 de junho de 1970, que dispõe sobre o Quadro Próprio de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa.

Consoante a Mensagem, o Projeto que tomou o número 22/76, origina-se da solicitação da Presidência desta Assembléia Legislativa e a medida proposta consubstancia o resultado de estudos e sugestões da Secretaria de Recursos Humanos, sendo oportuno ressaltar que os valores indicados estão corrigidos em função da recente majoração dos vencimentos concedida ao funcionalismo estadual, conforme a Lei 6763, de 24 de dezembro de 1975.

O anexo II, da Lei 6119, cuida da sistemática de cargos em Comissão, correspondente à Parte Permanente do Quadro Próprio de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa..

Embora a matéria tenha sido apreciada pela Secretaria de Recursos Humanos, na qual recebeu sugestões, quer nos parecer que não foi observado o mesmo critério para a elevação dos símbolos de alguns cargos.

Assim, pela Lei 6119, de 29 de junho de 1970, o cargo de Tesoureiro Geral estava no mesmo nível do cargo de Diretor, com gratificação idêntica correspondente ao símbolo 1-C. Agora, no Projeto, o cargo de Diretor passa a ter um vencimento de Cr\$ 6.506,00, enquanto o cargo de Tesoureiro Geral continua com a mesma gratificação de 1—C, não sendo portanto, beneficiado.

Por outro lado, aos cargos de Assessor Jurídico do Departamento de Pessoal, Assessor Jurídico do Departamento de Finanças e Coordenador de Auxílios Sociais, criados pela Resolução 37/75, de 06 de junho de 1975, foi atribuída a gratificação representada pelo símbolo 2-C. Tal situação contrasta com outros cargos em Comissão, cuja gratificação é 1-C, e, ademais, a remuneração proposta não se compatibiliza com as exigências e responsabilidades desses novos cargos. É de ressaltar que os car-

gos de Assessor Jurídico do Departamento de Finanças e o de Coordenador de Auxílios Sociais, em verdade se originaram, mantidas as mesmas atribuições, além de outras que lhes foram cometidas, dos antigos cargos de Tesoureiro-Auxiliar, existentes na sistemática anterior. Quanto ao cargo de Assessor Jurídico do Departamento Pessoal, a sua elevação de símbolo atende não só a importância de suas atribuições, mas também ao inarredável princípio igualitário que deve presidir a fixação das gratificações dos cargos em Comissão.

Em razão do exposto, o parecer é FAVORÁVEL, porém nos termos da EMENDA SUBSTITUTIVA em anexo, que inclusive altera a data da vigência da Lei, pois tendo sido feita em 1975, somente agora a solicitação da Assembléia Legislativa é objeto de apreciação pela Casa.

Sala das Comissões, em 28 de abril de 1976.

a) Accioly Neto, Presidente e Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI 22/76

Art. 1º — O Anexo II, da Lei 6119, de 29 de junho de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

“ANEXO II” SISTEMÁTICA DE CARGOS EM COMISSÃO PARTE PERMANENTE

N. de cargos	Denominação	Vencimento ou Símbolo
Um (01) Diretor Geral		Cr\$ 9.295,00
Cinco (05) Diretores de Departamento		Cr\$ 6.506,00
Um (01) Diretor do Gabinete de		
Assistência Técnica		Cr\$ 6.506,00
Um (01) Tesoureiro Geral		Cr\$ 6.506,00
Um (01) Contador Geral		1—C
Um (01) Chefe de Gabinete da Presidência		1—C
Um (01) Chefe de Gabinete da Primeira		
Secretaria		1—C
Um (01) Chefe de Gabinete da Segunda		
Secretaria		1—C
Um (01) Chefe de Gabinete da Diretoria Geral		1—C
Um (01) Chefe do Serviço de Segurança		2—C
Um (01) Assessor Jurídico do Departamento de Pessoal		1—C
Um (01) Assessor Jurídico do Departamento de Finanças		1—C
Um (01) Coordenador de Auxílios Sociais		1—C

Art. 2º — Os benefícios decorrentes desta Lei, passam a vigorar a partir de 01 de janeiro de 1976, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de abril de 1976.

a) DÁCIO LEONEL

Aprovado o Projeto. O Substitutivo será apreciado em 2ª discussão.

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 205º aniversário de fundação do município de Guaratuba. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, constante do expediente, solicitando a constituição de uma Comissão Especial, composta por três (03) membros, para analisar e apurar as causas e as consequências do incêndio que na madrugada do último dia 22 destruiu o prédio da Prefeitura Municipal de Medianeira.

— **Aprovado.**

A designação dos membros componentes desta Comissão Especial será feita na próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, encarecendo a instalação de Posto de Saúde no distrito de Rio do Salto, Município de Cascavel. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Secretário dos Transportes, referente a horários de ônibus. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Ivo Thomazoni e Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado à Secretaria de Recursos Humanos, sugerindo expedição de Parecer Normativo no tocante à interpretação da nova redação dada ao artigo 181 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, encarecendo instalação de Posto de Saúde entre os distritos de Alvorada do Oeste e Cielito, Município de Cascavel. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Agricultura, no sentido de que a sede do Centro Nacional de Pesquisas Florestais, órgão da Empresa Brasileira de Pesquisa, seja fixada no Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando voto de congratulações às autoridades e à população do município de Santa Cruz do Monte Castelo, pelo transcurso do 20º aniversário de emancipação político-administrativa, no próximo dia 01 de maio. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pelo 20º aniversário de fundação do “Jornal de Loanda” editado na cidade que lhe empresta o nome. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, constante do expediente de sessão anterior com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Secretário dos Transportes, referente a exploração do serviço intermunicipal de transporte coletivo. — Em discussão.

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio) Concedo a palavra para discutir, ao Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A nossa preocupação no encaminhamento desta matéria que vem hoje à discussão, é face a pedido feito ontem. Porque o Deputado Del Ciel, neste Pedido de Informações, justifica o pedido à elaboração de projeto de lei, especificando a exploração dos serviços de transporte coletivo intermunicipal do Estado do Paraná, tanto por concessão como por permissão, que pretende apresentar brevemente à apreciação desta Casa.

S. Exa. mais adiante afirma que é da competência exclusiva desta Assembléia, autorizar a concessão para exploração de serviços públicos estaduais ou intermunicipais, conforme expõe o artigo 21 inciso 9 — na verdade, 8 — letra B, da Constituição Estadual.

De fato, compete à Assembléia autorizar a concessão para

exploração de serviços públicos estaduais ou intermunicipais, bem como estabelece a Constituição do Estado. Ocorre, todavia que, a nossa Constituição estabelece no seu artigo 21:— Compete à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador, autorizar a concessão para exploração de serviço público municipal ou intermunicipais, e a Lei constitutiva do Departamento de Estradas de Rodagem, devidamente sancionada pelo Sr. Governador do Estado, ela estabelece ao Departamento de Estradas de Rodagem a competência de conceder e fiscalizar de acordo com a Legislação respectiva, serviços de transporte coletivo e de passageiros.

Em decorrência desta disposição legal, é que foi baixado o regulamento correspondente consubstanciado atualmente no Decreto 5.246, de 29 de março de 1974. Em tais condições, entendemos que o processo está legal e perfeito, tendo sido como consequência, obedecida a norma constitucional”.

Inicialmente, o Departamento de Estradas de Rodagem foi criado pelo Decreto-Lei 547, de 18 de dezembro de 1946, e a sua reorganização se deu com a Lei 1.052.

Estes aspectos, entendemos, Sr. Presidente, eles estão devidamente esclarecidos, face à existência especialmente, da Lei 1052, cuja lei inclusive, ao dispor sobre a reorganização do Departamento de Estradas de Rodagem, já deu-me a competência para conceder e fiscalizar de acordo com a legislação respectiva, serviços de transporte coletivo, de passageiros, nas estradas estaduais de acordo com a respectiva regulamentação.

Todavia verificamos que do Pedido de Informações do Sr. Deputado, ainda constam no total, são dez itens, nos quais ele pede uma série de informações ao Departamento de Estradas de Rodagem.

Eu gostaria de abordar neste encaminhamento de votação, apenas o aspecto do objetivo que tem o pedido de informações, ou seja, o desejo da apresentação ou da elaboração de um projeto de lei para disciplinar tal exploração por entender que a mesma, está devidamente disciplinada conforme disse em função da existência da Lei 1052.

Entendo portanto, que não se deva negar de qualquer forma a oportunidade que o próprio Departamento de Estradas de Rodagem ou a Secretaria de Transportes, possam prestar essas informações.

Dai porque apenas esses esclarecimentos, evidentemente, para que após colher esses dados, o Sr. Deputado também, tenha conhecimento deste nosso pensamento a respeito desta matéria.

Apenas isso, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio) Continua em discussão.

Não havendo mais quem queira encaminhar a votação, os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao DENTEL, no sentido de limitar os horários de funcionamento das estações de televisão, como medida saneadora para melhoria qualitativa da programação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, em forma de pedido de informações, referente a assunto relacionado à desapropriação de pedreira. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, no sentido de que sejam efetuados estudos, através de convênios ou subvenções, a fim de assegurar o reinício da atuação da Sociedade de Cultura Artística Brasília

Itiberê. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Gabriel Sampaio Concedo a palavra, em explicações pessoais, ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inadvertidamente deixei de discutir ou encaminhar a votação do requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglío, que requer a constituição de uma Comissão Especial para analisar as causas e consequências do incêndio que destruiu o prédio da Prefeitura Municipal de Medianeira.

E S. Exa. afirmava, no final do requerimento, que nenhuma medida acauteladora foi tomada após o sinistro que tenha chegado ao conhecimento daquele Parlamentar, com o objetivo de precisar o resultado para o necessário levantamento por perícia técnica.

Sr. Presidente, tão logo houve essa ocorrência, o Sr. Prefeito Municipal de Medianeira, Luiz Bonato que, no meu entendimento é um dos mais capazes administradores municipais da região oeste e sudoeste do Paraná e mantém a sua administração acima de quaisquer dúvidas quanto à honestidade da mesma, porquanto mantém saneadas as finanças do município. Realiza, ainda, uma obra administrativa elogiável, porque, transformou, no decorrer de cinco anos, a pequena cidade de Medianeira numa das maiores cidades daquela região.

E tudo tem feito para engrandecer aquela comunidade.

Tão logo o sinistro ocorreu, S. Exa. o Sr. Prefeito contou conosco e com autoridades estaduais, na madrugada mesma do sinistro. E seguiram para Medianeira membros da Polícia Técnica desta Capital, que fizeram levantamento da situação e já estão elaborando o laudo pericial que haverá de indicar o motivo determinante daquele incêndio.

Quero, Sr. Presidente, deixar a salto de qualquer responsabilidade o Sr. Prefeito Municipal de Medianeira que é probo, honesto, administrador competente, responsável e está acima de qualquer suspeita.

E S. Exa. o Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglío também menciona ocorrências de sinistros verificados em outras sedes municipais da região Oeste e Sudoeste do Paraná.

No caso específico do incêndio verificado no Fórum da Comarca de Santo Antonio do Sudoeste, foi identificado o incendiário, devidamente julgado. E, se não me falha a memória, ainda se encontra detido, preso, cumprindo pena que lhe foi imposta pela Justiça.

É verdade que alguns outros sinistros ainda estão a merecer esclarecimentos maiores para responsabilizar culpados. Mas, as autoridades estão dispostas a apurar isso devidamente.

E confesso que estou totalmente disposto a testemunhar em favor da isenção de responsabilidade do titular da administração municipal de Medianeira.

O Sr. Osvaldo Macedo — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento).

Ilustre Deputado Ivo Thomazoni, V. Exa. deve ter lido com muita atenção o requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglío, e deve ter prestado atenção que um dos trechos, S. Exa. observa a conveniência da Assembléia, inclusive para resguardar a autoridade e a responsabilidade das autoridades que, porventura, sejam responsáveis pela manutenção e pela conservação dos prédios sinistrados. Pôs, inclusive a salvo, portanto, com esta preocupação, qualquer atribuição de responsabilidade ou de culpa a qualquer mandatário municipal.

Desta maneira a ressalva de V. Exa. se oportuna, já havia sido feita pelo Deputado Ernesto Dal'Oglío. A sua iniciativa, inclusive, acho que pode resultar, para aquela região, que não surja psicologicamente um clima favorável a novos sinistros; pode resultar em medidas adequadas desta Assembléia para resguardar os interesses dos próprios públicos.

Gostaria, apenas, de fazer este aparte, a fim de dizer, na

ausência do Deputado Dal'Oglio, que S. Exa. teve o mesmo cuidado e a mesma preocupação que V. Exa.

O SR. IVO THOMAZONI – Entendo que o eminente Deputado em momento algum pretendeu responsabilizar o Prefeito Municipal pelo ocorrido.

Todavia, cabia fazer este esclarecimento, mesmo porque não sendo contrário à constituição desta Comissão, tenho dúvida que ela possa levantar o problema de forma a instrumentar um processo de identificação de responsáveis, se é que existem.

É possível que até este Poder intransigir a população pretendendo identificar responsáveis, se a ocorrência ou a determinante do incêndio possa ter sido consequência de uma instalação elétrica deficiente.

Todavia, como líder, terei de identificar membros da minha bancada para constituir a comissão e de antemão desejava registrar a confiança e o respeito que me merece o Sr. Luiz Bonato, Prefeito Municipal de Medianeira.

Muito obrigado. – (sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – (Gabriel Sampaio) Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para sexta-feira, dia 30, às 20,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA Nº 191/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2892, de 14 de abril de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a NILVA MARIA MORO, matrícula 497, ocupante do cargo de nível PL “22”, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1975, a partir de 19 de abril de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de abril de 1976.

- a) ISMAR DELAGASSA PASSOS
Diretor Geral em Exercício

PORTARIA Nº 192/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2192, de 25 de março de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

retificar a Portaria 657/75, de 05 de dezembro de 1975, que concedeu a gratificação de trinta e três, trinta e três por cento por serviços extraordinários a LIZETE BITTENCOURT, para declarar que a mesma é a partir de 1º de agosto de 1975, e não como consta na referida Portaria.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de abril de 1976.

- a) ISMAR DELAGASSA PASSOS
Diretor Geral em Exercício

PORTARIA Nº 193/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 3013, de 20 de abril de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria 01/76, aos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

OSMAR LUIZ DELAGASSA PASSOS – Adv. PL “26”, matrícula 502.

JOEL DA SILVA NATAL – OA. PL “18”, matrícula 341.

LYDIA SCHONBACHLER DE ALMEIDA – OL. PL “23”, matrícula 477.

UMBELINA CARRARO SANTOS – OL. PL “23”, matrícula 461.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de abril de 1976.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
Diretor Geral

PORTARIA Nº 194/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2921, de 14 de abril de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria 01/76, a ARY NATAL CHEMIN, matrícula 297, ocupante do cargo de nível PL “23”, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de abril de 1976.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
Diretor Geral

PORTARIA Nº 195/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2963, de 19 de abril de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

revogar a Portaria 178/76, de 08 de abril de 1976, que designou SÉRGIO MOACYR TORRES NUNES, para prestar serviços, no Serviço de Segurança.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de abril de 1976.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
Diretor Geral

PORTARIA Nº 196/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2974, de 19 de abril de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

designar, LUCY PINHEIRO DE LACERDA, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços no Serviço de Biblioteca, a partir de 19 de abril de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de abril de 1976.

(a) José Maria Zanardini de Camargo – Diretor Geral

PORTARIA Nº 197/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o despacho do Exmo. Senhor Governador do Estado, publicado no Diário Oficial número 34, de 22 de abril de 1976, que colocou os funcionários abaixo relacionados a disposição deste Poder, no período compreendido entre 01 de abril e 31 de dezembro de 1976.

RESOLVE:

designar, os funcionários, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestarem serviços, junto aos Gabinetes:

PRESIDÊNCIA:

Antonio Domakoski
Elisa Amélia Mosse Galvão
Jacy Correia Fernandes
José Carlos Barauna Moreira
Leony Granado
Vilma Aparecida Nunes Toninello
Vilson da Silva Natal

1ª SECRETARIA

Antonio Carlos Duarte
Célia Lopes Feres
Irene Greer Garson Bauer Royer
Emílio Teles de Lima
Marcia Franke de Andrade Vieira
Manoel Dias

2ª SECRETARIA

Alberto Miguel
Regina Aparecida de Credo Passos
Roseli Araujo Tosin

LIDERANÇA DA ARENA

Maria Leoni dos Santos

LIDERANÇA DO GOVERNO

Waldomiro de Camargo

LIDERANÇA DO MDB

Anibal de Assunção

DIRETOR GERAL

Ary dos Santos
Leiza Maria Ximenes
Roberval Figueiredo da Silva

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

Orlando Nadalin

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

Glacyr Andrade de Oliveira
Eneuar Falleiro Pinto Nunes
João Maria de Freitas
Jucimara Ribeiro da Costa
Pedro Dissenha

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Fernando Paulino da Silva Wolff
Lázaro Caetano da Silva
Orlando Ferreira

CERIMONIAL

Diana Maria Fabrício de Mello Braunert
Laudicéia Rieira dos Santos

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

Manoel Pedro dos Santos Lima

Gabinete da Diretoria Geral, em 28 de abril de 1976.

(a) José Maria Zanardini de Camargo – diretor geral

PORTARIA Nº 198/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEM-

BLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o despacho do Exmo. Senhor Governador do Estado, publicado no Diário Oficial nº 34, de 22 de abril de 1976, que colocou a funcionária abaixo discriminada a disposição deste Poder, no período compreendido entre 01 de abril e 31 de dezembro de 1976,

RESOLVE:

designar a funcionária AZELIA DE LIMA BRANDINI, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Departamento Administrativo, junto ao serviço de Telex.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28 de abril de 1976.

(a) José Maria Zanardini de Camargo – diretor geral

PORTARIA Nº 199/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

autorizar o funcionário contratado ALCIONE GUILHERME CORDEIRO WEISS, a prestar serviços extraordinários num total de oitenta (80) horas mensais, no período de 01 de abril de 1976 a 28 de fevereiro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28 de abril de 1976.

(a) José Maria Zanardini de Camargo – diretor geral

PORTARIA Nº 200/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

revogar a Portaria nº 233/75, de 05 de maio de 1975, na parte que concede ao funcionário ILSON ESTEVÃO DE ALMEIDA, matrícula 045, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1975, no período compreendido entre 01 a 30 de agosto de 1975, em virtude da mesma já terem sido concedidas pela Portaria nº 166/75, de 08 de abril de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28 de abril de 1976.

(a) José Maria Zanardini de Camargo – diretor geral

PORTARIA Nº 201/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

revogar as Portarias nos 374/75 de 09/07/75 e 10/76 de 07/01/76, a partir de 31 de março de 1976, que autoriza a funcionária NORMA ANDRADE MANOEL, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente ao limite máximo estabelecido pelo Parágrafo único do Art. 1º do Decreto Legislativo nº 69/75, e prorroga por prazo indeterminado sua designação para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado Gabriel Manoel, respectivamente.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28 de abril de 1976.

(a) José Maria Zanardini de Camargo – diretor geral

PORTARIA Nº 202/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o despacho do Exmo. Senhor Governador do Estado, publicado no Diário Oficial nº 34, de 22 de abril de 1976, que colocou os funcionários abaixo relacionados a disposição deste Poder, no período compreendido entre 01 de abril a 31 de dezembro de 1976,

RESOLVE:

designar, os funcionários, ora a disposição deste Poder Legisla-

tivo, para prestarem serviços na Liderança da ARENA, junto aos Gabinetes dos seguintes Deputados:

AGUINALDO PEREIRA LIMA — Antonio Elias
ARAGÃO DE MATTOS LEÃO FILHO — Mauro Teixeira
BASÍLIO ZANUSSI — Yeda Barbosa Alves de Mendonça
DÁCIO LEONEL DE QUADROS — Ernesto Costa de Souza
EGON PUDELL — Nilce Alves Poli Milani
EZEQUIAS LOSSO — Carlos Augusto Cequinell
FABIANO BRAGA CORTES — Artur Oscar Correia Braga
FRANCISCO ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA
NETO — Luiz Gabriel Poplade Cercal
FRANCISCO ESCORSIN — Maria Dolores dos Santos
FUAD NACLI — Dionísio de Paula Cavalheiro
GABRIEL MANOEL — Norma de Andrade Manoel
GILBERTO REZENDE DE CARVALHO — Mary de Oliveira
Leon Petit

IVAN RUPPEL — Lizete Bittencourt
JORGE SATO — Conrado Schneider
JOSÉ LÁZARO DUMONT — Generosa Maistro
JURANDIR MESSIAS — Maria Jaskin Messias
LUIZ GABRIEL GUIMARÃES SAMPAIO — Dalva Lourenço
Correia
LUIZ ROBERTO NOGUEIRA SOARES — Moisés Rodrigues
de Oliveira
PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Leônidas Ramos
da Silva

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — Ives Ponestke
ROSÁRIO PITELLI — Elmira Luiza Bauer Montecelli
WERNER WANDERER — Dilce Teodoro de Oliveira
Gabinete da Diretoria Geral, em 28 de abril de 1976.
(a) José Maria Zanardini de Camargo — diretor geral

PORTARIA Nº 203/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o despacho do Exmo. Senhor Governador do Estado, publicado no Diário Oficial nº 34, de 22 de abril de 1976, que colocou os funcionários abaixo relacionados a disposição deste Poder, no período compreendido entre 01 de abril e 31 de dezembro de 1976,

RESOLVE:

designar, os funcionários, ora a disposição deste Poder Legislativo, para prestarem serviços na Liderança do MDB, junto aos Gabinetes dos seguintes Deputados:

ADALBERTO DAROS — Paulo Vergílio Savarin
ANTONIO FACCI — Renato Bernardi
DOMÍCIO SCARAMELLA — Beatriz Silva do Prado
EDILSON ALENCAR BARBOSA — Maria Manuela Branco
Brusamolin

ENÉAS FARIA — Silveira Macedo Gomes Boing
ERNESTO DAL'OGGIO — Marise Conceição Pinto
ERNESTO GNOATO — Leticia Domênica Gianello Gnoato
FIDELCINO TOLENTINO — Douglas Monteiro
HÉLIO MANFRINATO — Maria Ferrer da Rosa Cunha
JOSÉ ANTONIO DEL CIEL — Albary Pedroso
JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Julieta Slomski Ramos
JOSÉ MUGGIATI FILHO — Antonio Luiz Quirino Machado
LINEU MANSANI TURRA — Maria Alice Wolff Pauluk
LUIZ CARLOS STANISZW ZUK — Marli Alves Poli
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — Edgar Otto Hauber
NELSON BUFFARA — Antonio Waldemar Savio
OSORIO VALTER PIETRÂNGELO — Nizê Tristão Pietrângelo
OSVALDO EVANGELISTA DE MACEDO — Geralda Macedo
Saldanha
OTÁSSIO PEREIRA DA SILVA — Joana Beatriz Kumrov
TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA — Ivone Marçal Maragon
WALDENÍCIO BARBALHO — Lúcia de Negreiros Rocha
Barbalho

Gabinete da Diretoria Geral, em 28 de abril de 1976.

(a) José Maria Zanardini de Camargo — diretor geral

PORTARIA Nº 204/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3193, de 26 de abril de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 01/76, aos seguintes funcionários, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

Antonio Sebastião da Cunha Gebran - mat. 096 - As. Técnico
Carmen Aparecida Fregoneze - mat. 098 - Sec. de Comissão
Celi Eucléia Galliano - mat. 415 - Of. Legislativo
Celia Maria Gracia Hatschbach - mat. 260 - Of. de Administração.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de abril de 1976.

(a) José Maria Zanardini de Camargo — diretor geral

PORTARIA Nº 205/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3114, de 26 de abril de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 01/76, ao funcionário EDGAR SANTOS BUQUERA, matrícula 485, ocupante do cargo de nível PL "28", de Médico, do Grupo Ocupacional de Medicina, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de março de 1976.

(a) José Maria Zanardini de Camargo — diretor geral

PORTARIA Nº 206/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3074, de 23 de abril de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 01/76, a funcionária MARIA IGNÉSIA CAVALLARI FAGUNDES, matrícula 219, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de abril de 1976.

(a) José Maria Zanardini de Camargo — diretor geral

DECRETOS LEGISLATIVOS:

Decreto Legislativo nº 199/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 22/76, de 05 de janeiro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de ERNESTO PERACETTA, matrícula 548, ocupante do cargo de Oficial de Serviços Gerais, nível PL "19", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial não gozada, relativa ao primeiro decênio de efetivo exercício de suas funções, compreendido entre 20 de dezembro de 1962 e 20 de dezembro de 1971, antecipado ante a contagem em dobro das férias de 1963, 1966, 1967, 1968, 1969 e 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05/04/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente

Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário

Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 200/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 596, de 29 de janeiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de PAULINA SCHERNER SIMÕES, ocupante do cargo de nível PL "15", de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional de Conservação, matrícula 223, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05/04/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente

Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário

Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 201/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 643, de 30 de janeiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de LUIZ DOUGLAS FERREIRA, matrícula 103, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de 02 (dois) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05/04/76.

(a) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente

Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário

Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 202/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 678, de 02 de fevereiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JOSÉ CARLOS JANJÃO, ocupante do cargo de nível PL "18", de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, matrícula 559, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05/04/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente

Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário

Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 203/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 662, de 02 de fevereiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor

de IGNEZ DE OLIVEIRA, matrícula 246, ocupante do cargo de nível PL "23", de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria, desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05/04/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente

Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário

Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 204/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 856, de 09 de fevereiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ANTONIO GULBINO, matrícula 164, ocupante do cargo de nível PL "23", de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05/04/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente

Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário

Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 205/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1091/76, de 17 de fevereiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de OPHIR FABELINO DE SOUZA, ocupante do cargo de nível PL "23", de Oficial Legislativo, matrícula 483, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, seis (06) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos exercícios de 1972, 1973 e 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05/04/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente

Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário

Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 206/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 905, de 11 de fevereiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Artigo 2º da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JOSÉ ELIAS MARTINS, matrícula número 394, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias

relativas aos exercícios de 1973 e 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05/04/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente

Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário

Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 207/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 605, de 29 de janeiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de NOIR PACHECO, ocupante do cargo de nível PL "22", de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, matrícula 482, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05/04/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente

Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário

Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 208/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 879, de 10 de fevereiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de LIDIA MUCHINSKI, matrícula 487, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05/04/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente

Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário

Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 209/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 675, de 02 de fevereiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MARIA DO ROCIO MEDEIROS WITOSLAWSKI, ocupante do cargo de nível PL "18", matrícula 425, de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05/04/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente

Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário

Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 210/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribui-

ções e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob os nºs 12902/75, de 12 de dezembro de 1975, 12952/75 e 12953/75, respectivamente de 18 de dezembro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

I — mandar contar para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 4º, da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de DINO JOSÉ BRONZE DE ALMEIDA, matrícula 494, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de oito (08) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1965, 1971, 1972 e 1973, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da citada Lei 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o decênio compreendido entre 30 de dezembro de 1964 e 30 de abril de 1974, antecipado em razão das férias referentes aos anos de 1965, 1971, 1972 e 1973, contadas em dobro;

III — conceder o acréscimo trienal de cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 4º da Resolução número 2/64, de 21 de fevereiro de 1964, que mesmo revogada pela Resolução nº 5/69, de 29 de abril de 1969, assegurou os direitos até então adquiridos, a partir, porém de 18 de dezembro de 1970, por força da prescrição quinquenal prevista pelo Código Civil;

IV — conceder o acréscimo quinquenal de cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da referida Lei 6174, a partir, porém, de 18 de dezembro de 1970, por força da já aludida prescrição quinquenal; e,

V — conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, nos termos do dispositivo legal antes invocado, a partir de 30 de abril de 1974, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05/04/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente

Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário

Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 211/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 862, de 10 de fevereiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de NICANOR DE VASCONCELOS SOUZA, matrícula 014, ocupante do cargo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05/04/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente

Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário

Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 212/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 697, de 02 de fevereiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JANET DA SILVA SANTOS, matrícula 338, ocupante do cargo de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05/04/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 213/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 676, de 02 de fevereiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JOSÉ ESTEFANO BRITO WITOSLAWSKI, ocupante do cargo de nível PL "21", de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, matrícula 518, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05/04/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 214/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 776, de 04 de fevereiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de NOIR PACHECO, ocupante do cargo de nível PL "22", de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos exercícios de 1963 e 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05/04/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 215/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 592, de 29 de janeiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de GABRIEL QUESADA FILHO, matrícula número 060, ocupante do cargo de Advogado, nível PL "28", do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 06/04/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 216/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 671, de 02 de fevereiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de BOGDANO KARPEN, matrícula 307, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos exercícios de 1974 e 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 06/04/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 217/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 714, de 03 de fevereiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ACIR VILLATORE, matrícula 364, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Contabilista, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 06/04/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 218/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 716, de 02 de fevereiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelos Arts. 2º e 4º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de AYRTON COSTA LOYOLA, matrícula número 002, ocupante do cargo de Diretor Adjunto, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de nove (09) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1964, 1965, 1966, 1975 e quinze (15) dias das férias de 1969, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da citada Lei 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo decênio, compreendido entre 29 de agosto de 1962 e 29 de junho de 1969, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro decênio, das férias contadas em dobro pelo

Decreto Legislativo nº 288, de 02 de junho de 1965 e das férias referentes aos anos de 1964, 1965 e 1966, também contadas em dobro; e,

III — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do mesmo dispositivo legal, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 29 de junho de 1969 e 29 de janeiro de 1973, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo decênio e das férias relativas aos anos de 1971, 1972 e de quinze (15) dias das férias referentes ao ano de 1969, contadas em dobro.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 06/04/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente

Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário

Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 219/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 780, de 5 de fevereiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ROSALINA PEREIRA SANTIN, ocupante do cargo de nível PL “17”, de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional de Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1973, que deixou de gozar.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 06/04/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente

Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário

Maurício Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 220/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 799, de 05 de fevereiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ALMIR SANTOS, matrícula 059, da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 06/04/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente

Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário

Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 221/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 802/76, de 05 de fevereiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JOSEFA KUCEK LEVANDOSKI, matrícula 174, ocupante do cargo de nível PL “23”, da Série de Classes de Oficial

de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1973, que deixou de gozar.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 06/04/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente

Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário

Maurício Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 222/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 815, de 06 de fevereiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 4º, da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ODIR GOMES DA ROCHA, ocupante do cargo de nível PL “23”, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, matrícula 318, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro das férias referentes aos anos de 1972, 1973 e 1974, que deixou de gozar; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da citada Lei 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 16.09.71 e 16.01.75, antecipado em razão da incorporação correspondente ao decênio anterior consecutivo e das férias referentes aos anos de 1971, 1972, 1973 e 1974, contadas em dobro.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 06/04/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente

Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário

Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 223/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1129, de 18 de fevereiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ALZEMIRO ARTIGAS, ocupante do cargo de nível PL “14”, de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional de Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondentes ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, 06/04/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente

Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário

Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 224/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1118, de 18 de fevereiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de LUIZ FERNANDO GOTTARDI, ocupante do cargo de nível

PL "19", de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, matrícula 546, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 06/04/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 225/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1241/76, de 24 de fevereiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150 da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de OSIRIS DE BRITO, matrícula 083, ocupante do cargo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal desta Assembléia, o tempo de 08 (oito) meses, correspondentes ao dobro das férias relativas aos exercícios de 1971, 1972, 1973 e 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 06/04/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 226/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 894, de 11 de fevereiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

designar, GIL CESAR DANTAS BRUEL, ora à disposição deste Poder Legislativo, para exercer o cargo de Chefe de Gabinete da 3ª Secretaria, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 01 de janeiro de 1976.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 07/04/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 227/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1580, de 11 de março de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder, a ISMAR DELLAGASSA PASSOS, matrícula 263, ocupante do cargo de nível PL "29", da Série de Classes de Contador, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 27 de abril de 1975, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 09/04/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 228/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

designar ISMAR DELLAGASSA PASSOS, Chefe do Gabinete da Diretoria Geral, para substituir o Diretor Geral no período compreendido entre os dias 18 e 22 de abril de 1976, ocasião em que o Titular daquela Diretoria, JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO, estará participando do VII Congresso Brasileiro das Assembléias Legislativas, a se realizar na cidade de Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13/04/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 229/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1977, de 22 de março de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar designar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de IONE MARIA DA CONCEIÇÃO XAVIER, matrícula 470, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do cargo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13/04/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 230/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1502, de 09 de março de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MYRIAN CORREIA MONTANHA TEIXEIRA, matrícula 439, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquígrafo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13/04/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 231/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1601, de 11 de março de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de SEBASTIÃO DE CRISTO, matrícula número 113, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias rela-

tivas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13/04/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 232/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1440, de 08 de março de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de RUY RIBAS DE OLIVEIRA, matrícula 257, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13/04/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 233/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1707, de 15 de março de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de EROS RUPPEL ABDALA, matrícula 119, ocupante do cargo de Diretor Adjunto, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13/04/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 234/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1694, de 15 de março de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MARIA STELLA MADER DO AMARAL GURGEL, matrícula 105, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13/04/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 235/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob

o nº 1547, de 10 de março de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ARISTEU DA SILVA BERGER, matrícula 021, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13/04/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 236/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 381, de 21 de janeiro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público, de RAUL ZIPPERER, matrícula 522, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o quinto quinquênio, compreendido entre 09 de abril de 1970 e 09 de outubro de 1973, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo decênio e das férias relativas aos anos de 1969, 1971 e 1972, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13/04/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 237/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 12932/75, de 17 de dezembro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

mandar retificar o nome de JOSINA PEREIRA, matrícula 157, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para JOSINA PEREIRA JANJÃO, tendo em vista o disposto no Art. 240, do Código Civil Brasileiro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13/04/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 238/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1622, de 11 de março de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MARCIONILIO SANCHO CAMBUHY, matrícula 177, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes Escri-

turário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13/04/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 239/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1599, de 11 de março de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MARLENE COUTO DE CRISTO, matrícula 175, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13/04/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 240/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1699, de 15 de março de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a ANTONIO CECCON, matrícula 554, ocupante do cargo de nível PL "16", da Série de Classes de Auxiliar Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 27 de janeiro de 1976, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13/04/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 241/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 311/76, de 20 de janeiro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de WALTER JOSÉ PEIXER, matrícula 136, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Técnico de Administração, do Grupo Ocupacional de Técnico Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro decênio vencido em 19 de fevereiro de 1976; e,
II — conceder o adicional de dez por cento, sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da mesma Lei, a partir de 19 de fevereiro de 1976, data em que completou trinta (30) anos e

com a incorporação de tempo acima concedida, trinta e um (31) anos, respectivamente, de serviço público, computados para todos os efeitos legais.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13/04/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 242/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1546, de 10 de março de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JOSÉ ADER, matrícula 535, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13/04/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 243/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1595, de 11 de março de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ISAURA BRAVOS, matrícula 471, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13/04/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 244/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 333, de 21 de janeiro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de REGINALDO XAVIER BITTENCOURT, matrícula 322, ocupante do cargo de nível PL "24", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondentes ao dobro das férias relativas ao ano de 1975, que deixou de gozar; e,
II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da citada Lei 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quin-

quênio, compreendido entre 31 de janeiro de 1968 e 31 de maio de 1972; antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio e das férias relativas ao ano de 1971, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro, 13 de abril de 1976.

aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente
Aguinaldo Pereira Lima - 1.º Secretário
Maurício Roslindo Fruet - 2.º Secretário

Decreto Legislativo N.º 245/76

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1503/76, de 9 de março de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. segundo, da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de LILIAN MARY DOS SANTOS REBELLO, matrícula 437, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Tagráfio, do Grupo Ocupacional de Taquigrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 13 de abril de 1976.

aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente
Aguinaldo Pereira Lima - 1.º Secretário
Maurício Roslindo Fruet - 2.º Secretário

Decreto Legislativo N.º 246/76

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1802/76, de 17 de março de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. segundo da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de DARIO FORTUNATO DARIF, matrícula 063, ocupante do cargo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de abril de 1976.

aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente
Aguinaldo Pereira Lima - 1.º Secretário
Maurício Roslindo Fruet - 2.º Secretário

Decreto Legislativo N.º 247/76

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 389/76, de 22 de janeiro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. segundo da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de RUTE DA SILVA LOPES, matrícula 226, ocupante do cargo de nível PL "16", da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1975, que deixou de gozar;

II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da citada Lei 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro

quinquênio, compreendido entre 07 de janeiro de 1972 e 07 de janeiro de 1976, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo quinquênio e das férias relativas aos anos de 1972, 1973 e 1974, contadas em dobro; e,
III - conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei 6174, a partir de 07 de janeiro de 1976, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15).

Palácio "Dezenove de Dezembro, 13 de abril de 1976.

aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente
Aguinaldo Pereira Lima - 1.º Secretário
Maurício Roslindo Fruet - 2.º Secretário

Decreto Legislativo N.º 248/76

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 13084/75, de 22 de dezembro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. segundo da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de REGINALDO FRANKLIN, matrícula 015, ocupante do cargo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1973 a 1975, que deixou de gozar;
II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da citada Lei 6742, ao seu acervo de serviço Público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio, compreendido entre 07 de janeiro de 1968 e 07 de maio de 1972, antecipado em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio e das férias contadas em dobro pelo item I, do Decreto Legislativo 270, de 31 de maio de 1972; e,

III - conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei 6174, a partir de 07 de março de 1976, data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro, 13 de abril de 1976.

aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente
Aguinaldo Pereira Lima - 1.º Secretário
Maurício Roslindo Fruet - 2.º Secretário

Decreto Legislativo N.º 249/76

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 527/76, de 26 de janeiro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. segundo, da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de WILSON RAMOS, matrícula 137, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1975, que deixou de gozar;

II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da citada Lei 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de (01) um ano, correspondente ao dobro

da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo decênio vencido em 04 de julho de 1973; e,

III - conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da Lei antes referida, a partir de 22 de abril de 1975, data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento (25).

Palácio "Dezenove de Dezembro, 13 de abril de 1976.

- aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente
- Aguinaldo Pereira Lima - 1.º Secretário
- Maurício Roslindo Fruet - 2.º Secretário

Decreto Legislativo N.º 250/76

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1382/76, de 5 de março de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. segundo, da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de ZENAIDE SILVA FILPO, matrícula 410, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro" de 1976.

- aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente
- Aguinaldo Pereira Lima - 1.º Secretário
- Maurício Roslindo Fruet - 2.º Secretário

Decreto Legislativo N.º 251/76

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1085/76, de 17 de fevereiro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. segundo, da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de ALBERTO CARAZZAI NETO, matrícula 093, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1975, que deixou de gozar; e,

II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da citada Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, ao seu acervo de serviço público, o tempo de (06) seis meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 6 de abril de 1971 e 6 de fevereiro de 1975, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo quinquênio e das férias relativas aos anos de 1971, 1972, 1973 e 1974, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 13 de abril de 1976.

- aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente
- Aguinaldo Pereira Lima - 1.º Secretário
- Maurício Roslindo Fruet - 2.º Secretário

Decreto Legislativo N.º 252/76

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1600/76, de 11 de março de 1976, deste Poder, mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. segundo da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de MARIA APARECIDA DO RÓCIO GEBRAN DO AMARAL, matrícula 293, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 13 de abril de 1976.

- aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente
- Aguinaldo Pereira Lima - 1.º Secretário
- Maurício Roslindo Fruet - 2.º Secretário

Decreto Legislativo N.º 253/76

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1541/76, de 10 de março de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. segundo da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de ANNA ROSA BELLO VIANA, matrícula 324, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de dois (02) meses correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 13 de abril de 1976.

- aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente
- Aguinaldo Pereira Lima - 1.º Secretário
- Maurício Roslindo Fruet - 2.º Secretário

Decreto Legislativo N.º 254/76

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1429/76, de 8 de março de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. segundo da Lei 6742m de 3 de dezembro de 1975, em favor de VALTER ANTÔNIO MARCHIORATO, matrícula 366, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Contabilista, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 13 de abril de 1976.

- aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente
- Aguinaldo Pereira Lima - 1.º Secretário
- Maurício Roslindo Fruet - 2.º Secretário